

Diário do Legislativo de 30/04/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL

PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PPS/PRTB/PSB E PV):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira (PPS) e Gustavo Valadares (PRTB)

2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Jô Moraes(PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

3) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Alberto Bejani

5) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Deputado Arlen Santiago

Vice-Líder: Deputado Fábio Avelar

7) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PPB)

Vice-Líderes: Deputados Bonifácio Mourão (PSDB); José Milton (PL), Paulo Piau (PFL)

8) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

9) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Domingos Sávio	BPSP	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	BPSP	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	
Deputada Moraes	Jô Bloco PT/PC do B	
Deputado Chico Rafael	PMDB	
Deputado Dinis Pinheiro	PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Silveira Júnior	Alencar da	BPSP
Deputado Dimas Fabiano		PPB
Deputado Ermano Batista		BPSP
Deputado João Bittar		PL
Deputado Roberto Carvalho	Bloco do B	PT/PC
Deputado José Henrique		PMDB
Deputado Leonardo Moreira		PL

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Bittar	PL	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Zé Maia	BPSP	
Deputada Cecília Ferramenta	Bloco PT/PC do B	

Deputado BPS
Olinto Godinho

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BPS
Silva

Deputado José Henrique PMDB

Deputada Ana Maria BPS

Deputado André Quintão Bloco PT/PC do B

Deputado Fábio Avelar PTB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente
Sebastião
Navarro Vieira

Deputado Bloco Vice-Presidente
Durval Ângelo PT/PC do
B

Deputado BPS
Gustavo
Valadares

Deputado BPS
Ermano
Batista

Deputado
Paulo Piau

Deputado BPS
Bonifácio
Mourão

Deputado PL
Leonardo
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BPS
Silva

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PC do
B

Deputado Miguel Martini BPS

Deputado Zé Maia BPS

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PTB Presidente
Lúcia Pacífico

Deputada BPSP Vice-Presidente
Vanessa Lucas

Deputado PPB
Dimas Fabiano

Deputada Bloco PT/PC do B
Maria Tereza Lara

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar PTB

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PC do B

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco PT/PC do B Presidente
Durval Ângelo

Deputado PL Vice-Presidente
Roberto Ramos

Deputado BPSP
Mauro Lobo

Deputado Bloco PT/PC do B
Roberto Carvalho

Deputado PL
Célio Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Marília Campos Bloco PT/PC do B

Deputado Alberto Bejani PL

Deputado Fahim Sawan BPSP

Deputado Ricardo Duarte Bloco PT/PC do

B

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever
Lopes

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria

Deputado BPSP
Dalmo Ribeiro
Silva

Deputado Bloco
Weliton Prado PT/PC do
B

Deputado PTB
Leonídio
Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PMDB

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado Alberto Bejani PL

Deputada Maria Tereza Bloco PT/PC do B
Lara

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Ermano
Batista

Deputado PL Vice-Presidente
Jayro Lessa

Deputado BPSP
Sebastião
Helvécio

Deputado PL
Irani Barbosa

Deputado Gil PPB
Pereira

Deputado Bloco
Chico Simões PT/PC do
B

Deputado PMDB
José Henrique

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado José Milton PL

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Rogério Bloco PT/PC do B
Correia

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Bloco Presidente
Maria José PT/PC do
Haueisen B

Deputado BPSP Vice-Presidente
Doutor
Ronaldo

Deputado PL
Márcio Passos

Deputado José PL
Milton

Deputado PTB
Fábio Avelar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PC do
Augusto B

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

Deputada Lúcia Pacífico PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente
Doutor Viana

Deputado Bloco Vice-Presidente
Padre João PT/PC do
B

Deputado Luiz BPSB
Humberto
Carneiro

Deputado BPSB
Alencar da
Silveira Júnior

Deputado PMDB
Gilberto
Abramo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau

Deputada Maria José Bloco PT/PC do
Haueisen B

Deputada Ana Maria BPSB

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado Bonifácio BPSB
Mourão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPSB Presidente
Maria Olívia

Deputado PL Vice-Presidente
Antônio
Genaro

Deputado BPSB
Doutor
Ronaldo

Deputado BPSB
Djalma Diniz

Deputado Bloco
Laudelino PT/PC do
Augusto B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel Martini BPSB

Deputado Dimas Fabiano PPB

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Júnior

Deputado Fahim Sawan BPSB

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PC do

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ricardo Duarte	Bloco PT/PC do B	Presidente
-------------------------------	---------------------------	------------

Deputado Fahim Sawan	BPSP	Vice-Presidente
-------------------------	------	-----------------

Deputado Neider Moreira	BPSP	
-------------------------------	------	--

Deputado Doutor Viana	PFL	
--------------------------	-----	--

Deputado João Bittar	PL	
-------------------------	----	--

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Simões	Bloco PT/PC do B	
-----------------------	------------------	--

Deputado Ronaldo	Doutor BPSP	
---------------------	-------------	--

Deputado Carlos Pimenta	BPSP	
-------------------------	------	--

Deputado Alberto Bejani	PL	
-------------------------	----	--

Deputado Quintão	Leonardo PMDB	
---------------------	---------------	--

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues	BPSP	Presidente
-----------------------------------	------	------------

Deputado Alberto Bejani	PL	Vice-Presidente
----------------------------	----	-----------------

Deputado Olinto Godinho	BPSP	
----------------------------	------	--

Deputado Rogério Correia	Bloco PT/PC do B	
--------------------------------	------------------------	--

Deputado Leonardo Moreira	PL	
---------------------------------	----	--

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia	BPSP	
------------------	------	--

Deputado Roberto PL
Ramos

Deputado Arlen PTB
Santiago

Deputado Biel Rocha Bloco PT/PC do B

Deputado Célio Moreira PL

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PL Presidente
Célio Moreira

Deputada Bloco Vice-Presidente
Marília PT/PC do
Campos B

Deputado Ana BPSB
Maria

Deputado PPB
Pinduca
Ferreira

Deputado Bloco
André Quintão PT/PC do
B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa PL

Deputado Padre João Bloco PT/PC do B

Deputado Paulo César BPSB

Deputado Dimas Fabiano PPB

Deputada Maria José Bloco PT/PC do B
Hauelsen

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PPB Presidente
Pereira

Deputado PMDB Vice-Presidente
Adalclever
Lopes

Deputado BPSB
Djalma Diniz

Deputado Bloco
Laudelino PT/PC do
Augusto B

Deputado PL
Sidinho do

Ferrotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas Fabiano PPB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo César BPSP

Deputada Cecília Bloco PT/PC do B
Ferramenta

Deputado Célio Moreira PL

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PMDB Presidente
Henrique

Deputado PFL Vice-Presidente
Elmiro
Nascimento

Deputado BPSP
Paulo César

Deputado Biel Bloco
Rocha PT/PC
do B

Deputado PTB
Leonídio
Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado Laudelino Bloco PT/PC do
Augusto B

Deputado Arlen Santiago PTB

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Debates

2.2 - 14ª Reunião Extraordinária

2.3 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissão

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Júnior

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

*Ana Maria

André Quintão Silva (PT)

*André Quintão

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PL)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Carlos Alberto Bejani (PL)

* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PL)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dimas Fabiano Toledo Junior (PPB)

* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PL)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSDB)

* Djalma Diniz

Domingos Sávio (PSDB)

* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Elmiro Nascimento (PFL)

* Elmiro Nascimento

Ermano Batista Filho (PSDB)

* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PTB)

* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

* Fahim Sawan

Francisco de Assis Simões Thomaz (PT)

* Chico Simões

Francisco Rafael Gonçalves (PMDB)

* Chico Rafael

Gabriel dos Santos Rocha (PT)

* Biel Rocha

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

* Pastor George

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PRTB)

* Gustavo Valadares

Irani Vieira Barbosa (PL)

* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (PL)

* Jayro Lessa

João Bittar Júnior (PL)

* João Bittar

João Carlos Siqueira (PT)

* Padre João

José Alves Viana (PFL)

* Doutor Viana

José Bonifácio Mourão (PSDB)

* Bonifácio Mourão

José de Freitas Maia (PSDB)

* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Miguel Martini (PSB)

* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

* José Milton

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo (PT)

* Laudelino Augusto

Leonardo Fernandes Moreira (PL)

* Leonardo Moreira

Leonardo Lemos Barros Quintão (PMDB)

* Leonardo Quintão

Leonídio Henrique Corrêa Bouças (PTB)

* Leonídio Bouças

Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem (PTB)

* Lúcia Pacífico

Luiz Fernando Ramos Faria (PSDB)

* Luiz Fernando Faria

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

*Luiz Humberto Carneiro

Márcio Almeida Passos (PL)

* Márcio Passos

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

* Cecília Ferramenta

Maria do Socorro Jô Moraes Vieira (PC do B)

* Jô Moraes

Maria José Haueisen Freire (PT)

* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Marília Aparecida Campos (PT)

* Marília Campos

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSB)

* Mauro Lobo

Neider Moreira de Faria (PPS)

* Neider Moreira

Olinto Dias Godinho (PSDB)

* Olinto Godinho

Paulo César de Freitas (PRTB)

* Paulo Cesar

Paulo Piau Nogueira (SEM PARTIDO)

* Paulo Piau

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PPB)

* Pinduca Ferreira

Rêmolo Aloise (PL)

* Rêmolo Aloise

Ricardo Duarte (PT)

* Ricardo Duarte

Roberto Francisco Ramos (PL)

* Roberto Ramos

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

* Roberto Carvalho

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Ronaldo João da Silva (PDT)

* Doutor Ronaldo

Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PDT)

* Sebastião Helvécio

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

* Sebastião Navarro Vieira

Sidney Antônio de Sousa (PL)

* Sidinho do Ferrotaco

Vanessa de Oliveira Dias (PSDB)

* Vanessa Lucas

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

* Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

* Weliton Prado

Em 24/4/2003

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

O Deputado que figura nesta lista sem partido, ainda não comunicou oficialmente a esta Casa sua filiação a um novo partido.

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 28/4/2003

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Rêmolo Aloise - Bonifácio Mourão - Dimas Fabiano - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Jô Moraes - Laudelino Augusto - Maria José Hauelsen -

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 29, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (-A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 23/4/2003

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.472; requerimento dos Deputados Miguel Martini e Rogério Correia; deferimento; requerimento dos Deputados Miguel Martini e Rogério Correia; aprovação; votação secreta do veto, salvo destaques; discursos dos Deputados Padre João e José Milton; manutenção; votação secreta dos vetos às alíneas "f" e "g" do inciso III do § 23 do art. 12, a que se refere o art. 1º da proposição; rejeição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 309/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauro Lobo - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião o veto à Proposição de Lei nº 15.471, apreciado na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.472, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não".

Vem à Mesa requerimento dos Deputados Miguel Martini e Rogério Correia solicitando a votação destacada dos vetos às alíneas "f" e "g" do inciso III do § 23 do art. 12, a que se refere o art. 1º da proposição. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento dos Deputados Miguel Martini e Rogério Correia solicitando que os destaques sejam apreciados em bloco. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o veto, salvo destaques. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, recorri ao Líder, Deputado Rogério Correia, e assinamos o requerimento de pedido de destaque das alíneas "f" e "g" junto com o Deputado Miguel Martini.

As alíneas "f" e "g" tratam, respectivamente, dos perfis em "H" e em "L" e estão contidas no inciso III do § 23 do art. 12 da Lei nº 6.763, de 1975, com redação dada pelo art. 1º da Proposição de Lei nº 15.472, que consolida a legislação tributária no Estado.

A razão do veto alegada pelo Governador resume-se em concluir que tal benefício fiscal, proposto pela Assembléia Legislativa, não contém a análise da repercussão financeira da medida, conforme define a LRF, em seu art. 14.

Consideramos prudente a observação do Governador, mas existe algum equívoco, porque outros benefícios fiscais foram concedidos por essa proposição legal e em nenhum dos casos foi apresentada a justificativa do impacto financeiro na receita do Estado. Então, no caso específico das alíneas "f" e "g", que tratam de perfis utilizados em estrutura metálica, é bem provável que o impacto financeiro não seja conhecido. E a razão desse desconhecimento não é a falta de estudos ou de análises pormenorizadas, mas simplesmente é que esse tipo de estrutura vem sendo utilizado em percentual mínimo pela construção civil, resumindo-se na montagem de torres de telecomunicações e de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, há uma dificuldade maior em relação a outros itens da construção civil, sobretudo quando se trata de cimento.

A construção civil no Brasil, em particular no nosso Estado, optou pela estrutura de concreto, cujas indústrias de cimento, por lei, já usufruem do benefício fiscal. Não gostaríamos de criar polêmica sobre o futuro da construção civil, mas entendemos que o critério para a concessão do benefício fiscal tem de ser justo. Além do mais, entendemos benefício fiscal como forma de incentivar o desenvolvimento de determinado setor de produção, para que, com a ajuda do Estado, se possa estabelecer competitividade de mercado. Em contrapartida a esse benefício, o setor deve propiciar ao Estado desenvolvimento econômico e social, que se traduz em maiores ganhos para o poder público e a geração de mais empregos diretos e indiretos para a população. Caso contrário, o benefício fiscal não tem razão de existir, pois servirá apenas para criar mais um monopólio de mercado.

Quando pedimos destaque para essas alíneas, queremos apenas restabelecer tais parâmetros, tornando o benefício fiscal temporário, e não permanente; uma forma de incentivo ao desenvolvimento e expansão do setor industrial do Estado.

No caso específico, pedimos a consideração dos Deputados para rejeitar o veto das alíneas "f" e "g", que tratam da produção dos perfis em "H" e em "L", utilizados na construção civil, em projetos de estrutura metálica.

A concessão do benefício, além de equiparar Minas Gerais aos outros Estados da Federação onde existe tal produção, estabelece critérios justos de competitividade, o que não significa ganho imediato para o setor.

Hoje, pela manhã, o colega Deputado Paulo Piau falava sobre a desvantagem de Minas Gerais em relação aos outros Estados.

Concedido o benefício, caberá ao setor industrial mostrar as vantagens da estrutura metálica e enfrentar a concorrência de mercado. Isso em relação ao concreto.

No caso da região de Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete e Congonhas, a única empresa de porte da região, a AÇOMINAS, realizou investimentos complementares, no início do ano passado, começando a operar nova linha de laminação de perfis estruturais do tipo "I" e "H", fabricados com alta tecnologia, para atender ao mercado da construção civil.

Esse novo perfil não existe no Brasil, onde encontramos apenas um produto similar, fabricado pela USIMEC. Os perfis em "H" são utilizados como colunas em estrutura metálica, capazes de suportar cargas de compressão. Os perfis em "I" são utilizados como vigas, substituindo a concretagem, para receberem as lajes ou telhados.

O que é importante, nobres colegas, é que torna-se necessária a explicação técnica, pois os dois tipos de perfis são utilizados de forma acoplada. Quer dizer, um depende do outro. E quando me refiro à ausência de critérios para definição do veto, refiro-me ao fato de o perfil laminado em forma de "I" já possuir o benefício fiscal. Então, há uma contradição nesse aspecto: por que o perfil "I" já tem benefício fiscal e o perfil "H", que trabalha em conjunto, não o tem? É como se tivéssemos uma caneta só com o tubo, sem a carga, ou, no caso da culinária mineira, a falta de um item indispensável.

A lei é falha ao conceder benefício a um perfil, e a outro não. É como se não o tivesse concedido ao primeiro, porque assim não causa nenhum impacto na construção civil. É importante que o perfil "H" receba, também, o benefício.

Os perfis "I" e "H" são produzidos na Usina Presidente Arthur Bernardes, em Ouro Branco. Com a extensão do benefício ao perfil "H" e às estruturas metálicas - impedido pelo veto do Sr. Governador -, o Estado cumprirá a sua obrigação de estimular a participação do aço no mercado da construção civil.

No caso da alínea "g", que trata dos perfis em "L", também destinados à construção civil, o incentivo concedido pelo Estado será de grande valia para a nossa região. Atualmente, a AÇOMINAS produz esses perfis em sua fábrica no Estado de São Paulo, onde o tributo é reduzido, apesar de o minério ser extraído em terras mineiras.

Outro ponto importante que não está nessa questão, mas que está na proposição de lei, trata dos dormentes, mas encaminhamos esta votação apenas sobre as alíneas "f" e "g". Esperamos ter uma discussão mais ampla sobre o art. 15 ou art. 16, que, parece-me, fala dos dormentes, porque significará grande avanço para o Brasil.

Os dormentes em aço não são produzidos no País. Apenas uma extensão da usina funciona em São Paulo, de forma muito limitada. Toda a matéria prima sai de Minas Gerais, vai para São Paulo e retorna como produto acabado. Peço aos nobres colegas o empenho de rejeitar o veto às alíneas "f" e "g", destacado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado José Milton.

O Deputado José Milton - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, reforçando o encaminhamento do Deputado Padre João, gostaria de encaminhar favoravelmente à derrubada dos vetos no que se refere às alíneas "f" e "g", que são os perfis laminados em "H" e em "L". Gostaria de tornar público que a derrubada desse veto é de suma importância. O Deputado Padre João fez uma explanação detalhada, objetiva e muito interessante sobre o assunto. Sabemos que Minas Gerais detém cerca de 45% da produção nacional de aço. Nosso parque siderúrgico, de alta tecnologia, produz aço de primeira qualidade e vende para todo o mercado nacional e o internacional. Infelizmente, nosso Estado perde competitividade no que diz respeito ao ICMS. Minas Gerais pratica 18%, enquanto a maior parte dos Estados pratica 12%. É uma perda lamentável.

Esse projeto, na íntegra, representaria uma reação de Minas Gerais ao que conhecemos como guerra fiscal. O que Minas perde no setor siderúrgico por praticar uma tributação de 18% não é brincadeira. Há inúmeras obras em nosso Estado realizadas com perfis e com equipamentos derivados do aço vindo de São Paulo. Minas perde muito na produção, na venda, na comercialização e na mão-de-obra.

Essas duas alíneas são fruto de apresentação de emenda deste Deputado, juntamente com a emenda que apresentei para a redução incidente sobre os dormentes metálicos, também citados pelo Deputado Padre João. A AÇOMINAS é a única empresa do Brasil que produz o dormente metálico, produto de alta tecnologia que substituirá o tradicional dormente de madeira. Esses dormentes poderiam ser fabricados em Ouro Branco, em uma linha de montagem que poderia estar gerando no mínimo mil empregos. No entanto, são fabricados em São Paulo, porque lá se praticam 12%, enquanto em Minas Gerais se praticam 18%. A derrubada desses vetos é importante. O Governo de Minas deveria adotar uma atitude mais agressiva em relação a essa disputa, que traz enorme prejuízo para o Estado.

Outro dia, conversando com o Deputado Elmiro Nascimento, grande liderança de Patos de Minas, percebemos sua tristeza ao mencionar a perda que representou para nosso Estado a saída da Cica de Patos de Minas. Com sua mudança para Goiás, fruto de benefícios tributários fiscais, aquela região perdeu cerca de 5 mil empregos diretos. Perde mil aqui, 5 mil ali, o que Minas Gerais tem perdido de emprego com a guerra fiscal não é brincadeira!

Minas Gerais não está sendo suficientemente agressiva para assegurar investimentos com a redução devida dos impostos nos setores que deveriam ter competitividade. Infelizmente é um preço alto que se paga. O desemprego que assola o Estado é fruto de falta de política competitiva na questão de tributação. Citei como exemplo Patos de Minas.

Em 1983, Conselheiro Lafaiete perdeu cerca de 2 mil empregos para o Estado do Rio de Janeiro quando foi transferida para Três Rios a Companhia Industrial Santa Matilde. Portanto, a perda de empregos e de receita no Estado é fruto de política tributária mais agressiva que tenha condições de oferecer às empresas atrativos para se instalarem em Minas Gerais e fazer com que permaneçam aqui. Gastará de 20 a 30 anos para recuperar o prejuízo.

Estava praticamente fechado o acordo para implantação, no Rio Grande do Sul, da fábrica montadora da Ford. Porém o Governo da Bahia lutou e a levou para seu Estado, para a cidade de Camaçari. É isso que Minas Gerais tem de fazer, criar incentivos para que novas fábricas venham para cá.

Outros Estados, como Goiás, a própria Bahia e São Paulo tiram empresas do nosso Estado, tiram empregos dos mineiros e arrecadação de tributos de Minas, gerando prejuízo. Isso não pode continuar. O Governador Aécio Neves está empenhado em desenvolver meios para acabar com essa situação.

Parabéns ao Governador pela iniciativa de mudar a estratégia e o comportamento de Minas Gerais. Esse projeto vem trazer ao cenário mineiro maior competitividade e geração de empregos, fazendo com que Minas não perca espaço para outros Estados.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto, salvo destaques.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jô Moraes - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauro Lobo - Neider Moreira - Padre João - Pastor George - Paulo Cesar - Rêmolo Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 43 Deputados; votaram "não" 7 Deputados; houve 1 voto em branco, totalizando 51 votos. Está, portanto, mantido o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.472, salvo destaques. Em votação, os vetos às alíneas "f" e "g" do inciso III do § 23 do art. 12, a que se refere o art. 1º da Proposição de Lei nº 15.472.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jô Moraes - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauro Lobo - Neider Moreira - Padre João - Pastor George - Paulo Cesar - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 6 Deputados; votaram "não" 48 Deputados, totalizando 54 votos. Estão, portanto, rejeitados os vetos às alíneas "f" e "g" do inciso III do § 23 do art. 12, a que se refere o art. 1º da Proposição de Lei nº 15.472. Fica, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.472 (Oficie-se ao Governador do Estado.), salvo os vetos às alíneas "f" e "g" do inciso III do § 23 do art. 12, a que se refere o art. 1º da referida proposição (- À promulgação.).

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 309/2003, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 309/2003, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 24, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da comissão especial do tribunal de contas, em 8/4/2003

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Fábio Avelar, Antônio Carlos Andrada, José Henrique e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Chico Simões. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio

Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Rosalvo Ribeiro Mendes, Coordenador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, e Marcial Vieira de Souza e Rodrigo Cançado Anaya Rojas, Promotores de Defesa do Patrimônio Público. Os convidados, com a palavra, fazem suas exposições e respondem às questões formuladas pelos parlamentares presentes. Ao final da fase dos debates, os Deputados José Henrique, Sebastião Navarro Vieira e Rogério Correia precisam se ausentar da reunião. O Deputado Fábio Avelar assume a Presidência, informa que se encontram em poder da Mesa três requerimentos, dos Deputados Antônio Carlos Andrada, Rogério Correia e Chico Simões, e comunica que, devido à falta de quórum para a votação, os requerimentos recebidos serão apreciados na próxima reunião. O Presidente informa que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a colaboração dos convidados, pelos subsídios prestados aos trabalhos, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Fábio Avelar - Rogério Correia - Zé Maia.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão especial para emitir parecer sobre a indicação dos Titulares das entidades: hemominas, funed, fhemig, ipsemg, ipsm/mg, em 10/4/2003

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Ricardo Duarte, Fahim Sawan, Antônio Júlio, Arlen Santiago, Carlos Pimenta e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Célio Moreira, Chico Simões, Ermano Batista, Neider Moreira, Sidinho do Ferrotaco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Arlen Santiago, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que, nos termos do art. 62, inciso XXIII, alínea "d", da Constituição do Estado, de acordo com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 26, a reunião se destina a proceder à arguição pública dos seguintes titulares: Anna Bárbara de Freitas Carneiro Proietti - HEMOMINAS; Carlos Alberto Pereira Gomes - FUNED; Carlos Eduardo Venturelli Mosconi - FHEMIG; Maria Coeli Simões Pires - IPSEMG; Coronel PM QOR Roberto Rezende - IPSM-MG. A seguir, o Presidente solicita aos indicados que façam uma explanação sobre suas experiências acadêmicas e profissionais, ressaltando aspectos que julgarem importantes de seus currículos e os motivos que os levaram a se candidatar à indicação. A Presidência concede a palavra, pela ordem, às Sras. Maria Coeli Simões Pires e Anna Bárbara de Freitas Carneiro Proietti, aos Srs. Carlos Eduardo Venturelli Mosconi e Carlos Alberto Pereira Gomes e o Coronel PM QOR Roberto Rezende. Logo após, o Presidente passa a palavra ao relator, Deputado Fahim Sawan, e aos demais parlamentares, para que façam seus questionamentos. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Deputado Domingos Sávio, que, com a saída do Deputado Fahim Sawan, passa a substituí-lo (por indicação da Liderança do PSDB), para que possa proceder à leitura do parecer do relator, que conclui pela aprovação da indicação dos titulares para ocuparem os cargos de direção da HEMOMINAS, da FUNED, da FHEMIG, do IPSEMG e do IPSM. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares e suspende a reunião para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, a Presidência solicita ao Deputado Arlen Santiago que proceda à leitura da ata da presente reunião, que é aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Domingos Sávio - Arlen Santiago.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, em 24/4/2003

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Sebastião Navarro Vieira, Bonifácio Mourão, Gustavo Valadares e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sidinho do Ferrotaco e Marília Campos. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei nº 19/2003, do Governador do Estado, que estabelece teto remuneratório para os servidores do Poder Executivo. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei Complementar nºs 15 e 18/2003 e Projetos de Lei nºs 320, 329, 330, 339, 342, 348, 352, 369, 374, 395, 421, 429, 449, 465, 483, 512, 565, 571, 574, 586, 587 e 592/2003 (Deputado Ermano Batista); Projetos de Lei Complementar nºs 14, 16, 17 e 19/2003 e Projetos de Lei nºs 349, 351, 356, 361, 375, 380, 384, 406, 412, 418, 420, 426, 464, 466, 467, 500, 550, 555 e 563/2003 (Deputado Gustavo Valadares); Projetos de Lei Complementar nºs 11 e 12/2003 e Projetos de Lei nºs 310, 332, 338, 336, 347, 370, 376, 378, 379, 407, 413, 434, 435, 476, 479, 480, 511, 513, 543, 548 e 590/2003 (Deputado Bonifácio Mourão); 312, 319, 327, 334, 341, 343, 344, 359, 360, 362, 363, 365, 367, 371, 372, 377, 381, 382, 387, 389, 390, 391, 392, 394, 396, 398, 401, 402, 405, 409, 414, 415, 422, 425, 427, 428, 430, 431, 432, 433, 436, 441, 446, 448, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 462, 463, 468, 469, 470, 471, 472, 475, 481, 485 a 491, 496, 497, 499, 502, 503, 505, 507 a 510, 541, 542, 544, 553, 558 a 561, 564, 570, 575, 576, 577, 579, 581, 583, 584, 588, 589, 591, 593 e 594/2003 (Deputado Leonardo Moreira); Projetos de Lei Complementar nºs 13 e 20/2003 e Projetos de Lei nºs 311, 314 a 317, 321 a 326, 328, 331, 358, 397, 411, 423, 477, 478, 482, 554, 567, 573 e 582/2003 (Deputado Durval Ângelo); 313, 335, 337, 345, 346, 354, 366, 368, 373, 383, 385, 386, 388, 410, 417, 419, 438, 439, 440, 450, 461, 473, 474, 545, 562, 568, 578, 580 e 585/2003 (Deputado Paulo Piau); e 318, 333, 340, 350, 353, 357, 364, 399, 400, 403, 404, 408, 416, 442 a 445, 447, 484, 492 a 495, 501, 504, 506, 547, 546, 549, 566, 552, 557, 569, 595 e 596/2003 (Deputado Sebastião Navarro Vieira). A Presidência registra a presença da Sra. Shirley Barbosa Costa Ribeiro, Assessora do Diretor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado, representando o Sr. Luiz Carlos Gonçalves Elói, Diretor-Geral; dos Srs. Adilson Duarte da Costa, técnico do Tribunal de Contas do Estado, representando a Sra. Raquel Oliveira Miranda Simões, Diretora-Geral; Ana Cristina Braga Albuquerque, Superintendente Administrativa do Ministério Público, representando a Sra. Simone Maria Lima Santos, Diretora-Geral do Ministério Público; Sabino Fortes Fleury, Gerente-Geral de Consultoria Temática desta Assembléia Legislativa; e Renato Almeida Barros, Diretor da Coordenação Sindical, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Ermano Batista, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 29/4/2003 às 10h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Bonifácio Mourão - Ermano Batista - Durval Ângelo.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 29ª reunião ordinária, EM 30/4/2003

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Maria Coeli Simões Pires para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Roberto Rezende para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Francisco Pedalino Costa para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Fernando de Campos Sasso para o cargo de Presidente da Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - ADEMG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Inácio Luiz Gomes de Barros para o cargo de Diretor-Geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ivan Alves Soares para o cargo de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Telecomunicações - DETEL-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Néelson de Andrade Reis para o cargo de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Luiz Antônio Chaves para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Wallen Alexandre Medrado para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, da Sra. Ângela Maria Carrato Diniz para o cargo de Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Vanessa Borges Brasileiro para o cargo de Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Humberto Candeias Cavalcanti para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ilmar Bastos Santos para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 35/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dá nova redação ao "caput" e ao § 1º do art. 1º da Lei nº 13.514, de 7/4/2000. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidades ou no volume de produto exposto à venda no comércio varejista. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 71/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão

de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 73/2003, da Deputada Maria José Hauelsen, que disciplina a inclusão de serviços não solicitados pelos clientes nas faturas mensais expedidas pelas operadoras de cartões de crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado, do Secretário de Estado e do Secretário Adjunto de Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 30/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 440/2003, do Deputado Antônio Andrade; 446/2003, dos Deputados Domingos Sávio e Maria Tereza Lara; 449/2003, do Deputado Sidinho do Ferrotaco; 454/2003, dos Deputados Adalclever Lopes e Leonardo Quintão; 455/2003, do Deputado Djalma Diniz; 459 e 460/2003, do Deputado Leonardo Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 30/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 14h30min do dia 30/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 368/2003, do Deputado Domingos Sávio; 375 e 377/2003, do Deputado Chico Simões; 371/2003, do Deputado Doutor Viana; 376/2003, do Deputado Chico Simões; 391 e 393/2003, da Deputada Ana Maria; 432/2003, da Deputada Maria Olívia; 433/2003, do Deputado Paulo Piau; 392/2003, da Deputada Ana Maria; 394/2003, dos Deputados Biel Rocha e Chico Simões; 477, 478 e 479/2003, do Deputado Antônio Andrade; 509/2003, do Deputado Paulo Cesar; 442/2003, do Deputado Arlen Santiago.

Finalidade: apreciar matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão Especial dos Convênios com a União, a realizar-se às 15 horas do dia 30/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 30/4/2003, destinada à apreciação das indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes da Sra. Maria Coeli Simões Pires para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG-; dos Srs. Roberto Rezende para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -; Francisco Pedalino Costa para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial de Minas Gerais; Fernando de Campos Sasso para o cargo de Presidente da Administração de Estádios de Minas Gerais - ADEMG -; Inácio Luiz Gomes de Barros para o cargo de Diretor-Geral da Loteria do Estado de Minas Gerais; Ivan Alves Soares para o cargo de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Telecomunicações - DETEL-MG -; Néelson de Andrade Reis para o cargo de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP -; Luiz Antônio Chaves para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER -; Wallen Alexandre Medrado para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE -; Humberto Candeias Cavalcanti para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF -; e Ilmar Bastos Santos para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM -; e das Sras. Ângela Maria Carrato Diniz para o cargo de Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa; e Vanessa Borges Brasileiro para o cargo de Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA-MG -; à apreciação dos Projetos de Lei nºs 35/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dá nova redação ao "caput" e ao § 1º do art. 1º da Lei nº 13.514, de 7/4/2000; 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidades ou no volume de produto exposto à venda no comércio varejista; 71/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes; 73/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que disciplina a inclusão de serviços não solicitados pelos clientes nas faturas mensais expedidas pelas operadoras de cartões de crédito; e 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado, do Secretário de Estado e do Secretário Adjunto de Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 29 de abril de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Bonifácio Mourão, Ermanno Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/4/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 289 e 293/2003, do Deputado Dinis Pinheiro; o Projeto de Lei Complementar nº 21/2003, da Procuradoria-Geral de Justiça; e os Projetos de Lei nºs 130/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 148 e 151/2003, do Deputado Carlos Pimenta, 241 e 245/2003, do Deputado Paulo Piau, e 278/2003, do Deputado Sargento Rodrigues.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 22/4/2003

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, parlamentares, amigos que nos acompanham pela TV Assembléia, depois da turbulência ocorrida no PFL, ocupo esta tribuna pela primeira vez para expressar meu pensamento que, acredito, é o da maioria dos membros dessa sigla partidária. Fomos surpreendidos com os fatos, 15 dias antes do dia 4 deste mês, quando estava marcada a convenção.

Em Minas, a administração do PFL conseguiu, tendo à frente o seu Presidente - hoje Vice-Governador Clésio Andrade -, mais de 700 diretórios, 160 Prefeitos, 2.500 Vereadores, além da segunda maior bancada desta Casa, com 12 Deputados. De repente, ficamos surpresos com a nota assinada pelo ex-Ministro Carlos Melles, pelo ex-Ministro Roberto Brant, pelo Deputado Federal Eliseu Resendo, ex-Ministro, e pelo nosso companheiro de outro partido, Deputado Sebastião Navarro Vieira. Foi um ato ditador nos moldes de 1964, assinado pelo Senador Jorge Bornhausen, cancelando a data da convenção do partido em Minas com o objetivo de formar provisória para buscar entendimentos - segundo alegam -, sobre o porquê do partido possuir dono neste Estado. Na verdade, referiam-se ao Vice-Governador Clésio Andrade, pessoa de quem nos orgulhamos. Se o PFL chegou onde chegou, foi porque ele estava na liderança.

É injustiça apunhalar as pessoas pelas costas. O Sr. Roberto Brant foi Ministro porque Clésio Andrade propôs sua indicação a Fernando Henrique Cardoso, e o Sr. Carlos Melles foi Ministro porque houve pressão da CNT, da qual Clésio Andrade é Presidente. Pensavam que essa atitude antidemocrática iria fazer com que o PFL ficasse sem Clésio Andrade, continuando nos seus rumos, voltando a ser um partido amigo do poder. O PFL chegou ao poder porque disputou as eleições com Aécio Neves, do PSDB. Lembro-me de que, quando entrei para o PFL, esse era um partido que trazia a marca de amigo do poder, um partido que tinha homens que viveram apenas administrando o poder. O PFL conseguiu, nas últimas eleições, chegar ao poder pelo voto e fazer a segunda maior bancada nesta Casa, pela votação de Deputados imbuídos em construir uma Minas melhor. Ocupo esta tribuna depois desse ato de ditadores cometido contra o PFL em Minas Gerais, e dói profundamente dizer que hoje fomos para um novo partido, o PL. Não nos convidaram a sair do PFL. Foi a atitude antidemocrática de alguns homens que se dizem inteligentes nesse partido que nos fez sair do PFL. Atitude antidemocrática e que nos causa vergonha. Digo pela minha cidade, onde temos quase 3 mil filiados, onde tínhamos o PFL jovem, mulher, ecologia, trabalhista. Dói saber que perdemos tudo isso em nossa cidade. Claro que montaremos esse mesmo sistema no PL, porque nossa vida sempre foi servir, e continuaremos a fazê-lo. Gostaria de deixar bem claro que não tenho nenhum documento assinado para defender o Vice-Governador Clésio Andrade. Defendo-o espontaneamente, pois a ingratidão toma conta de parte dos homens neste mundo. A ingratidão e a falta de reconhecimento tomam conta de algumas autoridades que se esquecem rapidamente do amigo que sempre esteve ao lado, nas horas tristes e alegres, do amigo que fez do PFL de Minas um partido grande. Chamei o Deputado Sebastião Navarro Vieira de companheiro no início da minha fala e repito o que disse, porque o considero meu amigo. Mas não é por isso que irei me calar e aceitar esse ato ditatorial ocorrido no PFL. Lamento não poder dizer aos senhores parlamentares que o PFL continuará unido e caminhando em Minas.

Lamento profundamente que algumas cabeças arcaicas, alguns homens que não estão acostumados a viver sem estarem agarrados no poder, sintam inveja ao ver um companheiro crescer; ao verem um cidadão, há pouco tempo no meio político, chegar a Vice-Governador de um Estado que é maior que vários países.

Agradeço ao PL por nos ter convidado e recebido de maneira carinhosa e decente. Não posso deixar de registrar a presença neste Plenário de José Alencar, Vice-Presidente da República, e de Anderson Aauto, ex-Presidente desta Casa, hoje Ministro dos Transportes, recebendo-nos com tanto carinho.

Digo, com muito orgulho - doa em quem doer -, saí do PFL, primeiro, pelo sistema usado para impedir que o partido continuasse a crescer em Minas Gerais; segundo, porque acompanhei Clésio e vou acompanhá-lo enquanto achar que devo.

Clésio é exemplo de como se faz política limpa, de companheirismo. A minha vida política pertence a mim; o reduto no qual recebi 60 mil votos pertence a Alberto Bejani. Não devo satisfações a Roberto Brant, Carlos Melles, Jorge Bornhausen, Eliseu Resende e a ninguém, só a meus eleitores. Tenho a consciência tranqüila de que, enquanto participei do PFL, não pratiquei nenhum ato que envergonhe essa sigla. O que envergonhou a todos foi essa atitude - aliás, desculpem-me a franqueza - de Maquiável, arquitetada, na cúpula, em Brasília, durante 15 dias, sem que soubéssemos de nada.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Agradeço a gentileza do aparte. V. Exa. me chama de amigo, faço questão de também proclamar-me seu amigo. Tenho certeza de que as posições políticas e a decisão de deixar nossa legenda e filiar-se a outro partido não influem em nossa amizade pessoal e na admiração que sinto por V. Exa.

Entendo perfeitamente sua posição de acompanhar o Vice-Governador Clésio Andrade, pois V. Exa. obteve dele forte apoio quando candidato a Prefeito de Juiz de Fora. Tenho certeza de que terá esse mesmo apoio, o qual talvez não pudéssemos oferecer-lhe nas eleições do ano que vem. Compreendo sua ligação de amizade. Espero que V. Exa. também entenda nossa posição de fidelidade à idéia, à legenda, ao partido, à doutrina, e não à pessoa. Não temos ligação com o Vice-Governador Clésio Andrade, embora tenhamos por ele amizade, respeito e admiração. A ligação forte é com o partido. Foi essa razão que nos fez tomar posição junto à Direção Nacional do PFL, porque não queríamos ficar atrelados a um partido, comandados por pessoa que fazia da legenda instrumento de realização pessoal para atingir seus objetivos. V. Exa. é testemunha disso.

Nesta Casa, ao pleitear a possibilidade de disputar a Presidência da Assembléia, cheguei a pedir socorro a V. Exa. e ao Líder, Deputado Sebastião Costa. Pedia que levasse nossa preocupação ao Vice-Governador Clésio Andrade; que não fizesse com esse companheiro o que estava fazendo, ou seja, usando a legenda, o prestígio de Vice-Governador e Presidente de um partido para satisfazer desejos pessoais. Espero que V. Exa. entenda nossa posição de fidelidade à sigla e não à pessoa. Não foi ato de deslealdade aos demais companheiros. Ninguém queria que V. Exas. tivessem deixado nossa legenda. Todos estamos com o coração sangrando pela perda de tão valorosos companheiros. Não queríamos que nosso partido fosse conduzido da forma como tem sido, conforme disse V. Exa. Queríamos partido aberto, participativo e democrático, o que, infelizmente, não se encontrava na direção maior do partido. Não queríamos que Clésio Andrade saísse da legenda, pois esse não era nosso objetivo. Nunca se insinuou que algum companheiro devesse deixar nossa legenda, que sempre foi de partido aberto, liberal, que abrigava a todos que conosco comungavam o mesmo ideal e o mesmo pensamento, a mesma luta política. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Alberto Bejani - Sebastião Navarro Vieira, não misturo a nossa amizade fraterna com atos políticos. Em momento algum afirmo que serei candidato a Prefeito de Juiz de Fora. O futuro a Deus pertence! Sempre me coloquei de maneira mais clara. Se conhecermos alguém que tenha projeto determinado, exequível e liderança nova para administrar Juiz de Fora daqui a um ano, nas próximas eleições, serei o primeiro a apoiá-lo, por entender que o município é eterno, e nós somos passageiros. Na área política, tentar justificar o injustificável é terrível. V. Exa. sabe que, durante mais de 10 dias, os senhores já articulavam essa queda do PFL em Minas Gerais. Não sabíamos nada sobre esse ato não democrático. Por coincidência, encontrei-me com V. Exa., acompanhado do Sr. Eliseu Resende, no gabinete do Sr. Danilo de Castro. Não digo que houve participação do Governo atual na implosão do PFL em Minas Gerais; porém, causa-me estranheza o fato de, uma semana antes, ter pego Carlos Melles e Roberto Brant para conversar com o Governador. Essa história não está bem clara. Sou seu amigo - o mesmo não posso dizer de Roberto Brant e Carlos Melles - e tenho grande admiração por V. Exa. Não me esqueço de sua solidariedade em Juiz de Fora, num período de doença em minha família. Muito obrigado.

O Deputado Sidinho do Ferrotaco - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores, funcionários da Casa, boa-tarde! No arquivo recente de nossa memória borbulham, graças à fervura do sentimento, os festejos e aclamações à nossa Estrada Real, ocorridos no sábado, dia 19 de abril, em São João del-Rei, com a presença do Sr. Aécio Neves, Governador do Estado, do Deputado Mauri Torres, Presidente desta Casa, Secretários, Prefeitos e de centenas de pessoas que acreditam, como eu, na força do turismo.

Poderíamos, com permissão da lingüística, fazer um trocadilho com o binômio "estrada real", após o lançamento do projeto turístico.

Estrada passou a denotar caminho, solução economicamente viável voltada para o turismo, que nos faz transbordar de orgulho, e real - deixado de lado o designativo de pertinência ao rei - traduz realidade.

Ganha vulto, sai das entranhas da vontade e passa a habitar e a conviver conosco o Projeto da Estrada Real, ao qual São João del-Rei está umbilicalmente interligado. Como já antecipávamos à ambiência democrática desta Casa, que é o Plenário, esse projeto nos é caro, precioso e, por que não dizer, "a menina dos nossos olhos", utilizando-nos de adágio popular.

História, cultura, arte e natureza entrecruzam-se em mais de 1.400km de vias, trilhas calçadas pelos escravos, descaminhos de contrabando, cidades e vilas históricas, que se estruturaram durante o passar dos homens e do tempo.

Com 177 municípios em seu entorno, sendo 163 em Minas Gerais, agrega nossa Estrada Real inúmeras potencialidades para os circuitos turísticos. Desde as praias do litoral fluminense até os picos das serras mineiras, estão distribuídas fantásticas manifestações da natureza - cachoeiras, lagos, rios e riachos, reservas de florestas, fauna silvestre, formações rochosas e grutas.

Tudo isso, sem mencionarmos a aglomeração do maior conjunto de monumentos históricos do mundo.

Só para se ter uma dimensão de sua importância, muito embora ainda desconhecida por muitos mineiros, representou a Estrada Real, por 150 anos, a única via autorizada de acesso à região das reservas auríferas e diamantíferas da capitania, transportando as riquezas de Minas aos navios portugueses. Viabilizou o acesso à região que seria, em curtíssimo espaço de tempo, a maior área produtora de ouro do mundo.

As estradas reais formaram os principais eixos que propiciaram o intenso processo de urbanização do centro-sul brasileiro. Ao longo dos seus leitos ou às suas margens, distribuíram-se centenas de arraiais, povoados e vilas em que se organizou a massa populacional envolvida com a mineração e as economias a ela associadas.

Enquanto cidadão são-joanense, sou retrato vivo das influências e costumes originados dos resultados culturais provenientes da Estrada Real. São João del-Rei formou-se com a abertura do primeiro trecho do Caminho do Ouro, que ligava Ouro Preto a Parati.

A Estrada Real, até mesmo por sua aparência, apresenta-se como uma velha cicatriz, lembrança de um corte profundo traçado a partir do litoral do Rio até o coração de Minas Gerais. Por esse ferimento o Brasil sangrou, nos idos do século XVIII, mais de 650 toneladas de ouro e diamantes.

Os vestígios de todos os acontecimentos históricos que marcaram nossa formação cultural estão talhados nas feições de nossas cidades.

Apesar do atual estágio evolutivo de nosso Estado, movido pelo impulso da industrialização e da urbanização e pela cultura impregnada de modismos oriundos de toda parte e veiculados pelos meios de comunicação de massa, as paixões de seu povo e as soluções dadas aos seus problemas mais vitais fazem Minas ainda manter com brio as características culturais que a distinguem das outras unidades da Federação.

As muitas Minas e as muitas Gerais, além da diversidade de destinos turísticos históricos, albergam uma infinidade de lugares pitorescos e aprazíveis, que conservam uma identidade cultural ainda autêntica, com usos e costumes muito específicos, manifestações culturais típicas, reveladoras de preciosos talentos. As surpresas são reveladas a cada montanha escalada, a cada rio navegado, a cada igreja visitada ou nas descobertas das águas quentes, da cultura e da história dos mineiros.

É nesse cenário que ressurge a Estrada Real. É dentro desse visualizar, unicamente mineiro, que toma forma a esse novo projeto.

Os atrativos são inumeráveis: Circuitos do Ouro, dos Diamantes, das Grutas, da serra do Cipó, da Mantiqueira, represa de Camargos, com cerca de 7600ha de espelho d'água e um enorme potencial para a prática de esportes náuticos; Trilha dos Inconfidentes, em que se pode visitar a Fazenda Pombal, em Ritópolis, onde nasceu Tiradentes, e a própria cidade de São João del-Rei, terra natal do ex-Presidente Tancredo Neves, onde se tem a possibilidade única, em todo o mundo, de passear de maria-fumaça por uma linha com bitola de 76cm. Quero lembrar que a bitolinha de São João del-Rei está registrada no "Guinness Book" como a única bitolinha do Brasil ainda em funcionamento, o que muito nos orgulha. A Trilha dos Inconfidentes é objeto de defesa particular e pessoal nossa. Queremos que o pequeno trecho seja uma maquete para a Estrada Real, para provar que nosso pleito é viável.

As possibilidades estão aí, para nosso deleite. A falta de fomento político às atividades turísticas representará desperdício e desrespeito à população local.

Em meio à crescente e desordenada urbanização brasileira, bem como à falta de políticas específicas para fixar o homem no campo, abre-se a oportunidade de projeto alternativo, capaz de valorizar o empreendedorismo latente em cada um dos agentes de nossa sociedade.

Trata-se de um aposentado, de uma dona de casa, de um jovem recém-inserido no mercado de trabalho, de um pequeno produtor, ou de um fazendeiro, todos poderão galgar seu posto no projeto de desenvolvimento do turismo da região.

Se sabemos que o Brasil tem uma enorme carência de emprego, vamos abraçar o turismo e o artesanato. Essa é uma bandeira pessoal minha, porque acredito que irá criar o emprego familiar, em que todos poderão participar ativamente. Dessa maneira haverá geração de emprego no seio familiar, criando-se receita. Por que não lembrar que para os aposentados isso representará renda alternativa ao seu salário, possibilitando, inclusive, o preenchimento de seu tempo e uma renda a mais para se sustentar na terceira idade e ao final da vida?

Tome-se como exemplo uma prática já há muito difundida em países europeus, em que um produtor rural abre sua propriedade a visitas, de forma que o homem da cidade pode conhecer a vida cotidiana de uma fazenda. Iremos resgatar a arte de nos hospedarmos em um ambiente familiar e, ao mesmo tempo, um ambiente de trabalho. As pessoas poderão ver uma ordenha, visitar uma plantação, adquirir produtos "in-natura" e alimentarem-se, criando para o proprietário novas alternativas de renda e emprego.

Quero fazer uma denúncia. Em Minas Gerais, hoje, existe tem grandes piratas de fazendas centenárias. São aqueles que compram fazendas centenárias, que têm história e acervo, e as vendem a preço de ouro em São Paulo, para grandes empresários. Temos que inibir essa pirataria, pois estamos mandando embora, a troco de interesses financeiros, nossa história. Isso vai fazer falta na nossa trilha, na nossa Estrada Real.

Em Santiago de Compostela criou-se uma trilha, que foi ordenada, sinalizada, organizada; em conseqüência disso, tornou-se hoje um dos maiores potenciais turísticos do mundo. O Brasil tem uma trilha natural.

Considerando-se os turistas caminhantes de Santiago de Compostela, o Brasil possui a marca de terceiro país em número de peregrinos. Claro que tal índice é resultado direto não só da ampla divulgação e publicidade desenvolvida pelas agências espanholas, como também da repercussão dos livros do escritor Paulo Coelho. Não obstante, em termos de diversidade e de misticismos próprios, não podemos questionar o fato de ser a caminhada pelos entornos da Estrada Real um passeio muito mais rico, muito mais mágico e muito mais carregado de histórias para contar.

A Deputada Maria Olívia* - Cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento e digo da importância da Estrada Real. O Governador Aécio Neves tomou atitude que muitos Governadores deixaram de tomar em relação a essa estrada. Conhecemos todo o roteiro da Estrada Real e sabemos das belezas e riquezas que lá existem. Sempre disse que a saída para o Brasil, para Minas Gerais, é o turismo. Temos as maiores belezas e todas as condições de gerar emprego com o turismo. Cumprimento V. Exa. por ser de cidade histórica, turística, de região que tem todo o potencial para crescer. Acreditamos que agora a Estrada Real é realidade no Estado. Muito obrigada.

O Deputado Sidinho do Ferrotaco - Obrigado. Apesar de desfrutar vasto acervo de hábitos, culturas e tradições, além de possuir recursos naturais incomparáveis e qualidades capazes de transformar um potencial turístico em produto de qualidade a ser comercializado nas prateleiras das operadoras de viagens, o Brasil, até há pouco, jamais havia se preocupado em planejar, lapidar e embalar convenientemente a sua matéria-prima turística.

Envergonha-nos saber que um país de proporções e potencialidades como o nosso recebe menos turistas que o Uruguai, metade dos viajantes que chegam à Argentina ou dez vezes menos turistas que o México.

Estou certo de que o Turismo é o caminho mais curto para o incremento de novos processos de produção. Enquanto atividade de empreendimento democrático, interage com mais de 50 outros segmentos econômicos. Seu efeito multiplicador viabilizará, certamente, a elevação de Minas no "ranking" nacional. Os mineiros são capazes de preencher muito bem a Estrada Real. E convidaremos também os paulistas, cariocas, enfim, visitantes de todos os Estados.

Enquanto em outras regiões investem rios de dinheiro na construção de parques temáticos, Minas tem a seu favor, de imediato, cenários já construídos, permeados por belezas naturais.

Temos de aproveitar todo esse potencial que une história, cultura, tradição e natureza, reavivando os momentos que lhes deram vida. Por esse elo com o passado, estaremos resgatando importantes elementos de nossa mineirice. Neste contexto, não poderíamos deixar de mencionar a Praça Tiradentes em Ouro Preto. Fator importantíssimo para o sucesso de nosso projeto de alavancamento do Turismo em Minas é o comprometimento pleno de todos os agentes de atuação na sociedade.

A oportunidade é agora! A Estrada Real guarda, em efervescente estado de latência, a oportunidade de redescoberta de nossa história e cultura. E o melhor de tudo isso é que podemos explorar esse potencial de forma a fomentar o desenvolvimento do turismo na região.

É hora de buscar nossas riquezas, de traçar o caminho de volta. Apenas, desta vez levaremos na bagagem não ouro ou pedras preciosas, mas outro tipo de riqueza: cultura, hospitalidade, e muita história para contar.

A oportunidade se abre para nós. A ela devemos adicionar nossa capacidade de parlamentares, para transformar a realidade e ser partícipes da História, pois para isto fomos eleitos.

Não podemos perder o trem da história, mineiro não perde o trem.

Agradeço aos companheiros que foram prestigiar o final de semana em São João Del Rey, abrilhantando a nossa Semana Santa.

Agradeço à Assembléia Legislativa, na pessoa do Presidente Mauri Tôrres, que me deu oportunidade de receber em Ouro Preto a Medalha de Honra da Inconfidência.

Com a presença do Governador, do Vice-Governador, do Presidente da República, do Vice-Presidente, dos Deputados, dos homenageados e artistas, Minas foi um lugar importante, nesta segunda-feira, no cenário nacional. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Nossa saudação aos parlamentares federais, que, de maneira competente, representam o povo de Minas no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores, hoje, pela manhã, tivemos uma interessante e importante reunião com o Secretário da Saúde, Dr. Marcus Pestana, que veio trazer explicações às Lideranças desta Casa a respeito de sua Pasta e da saúde pública do Estado.

Há cerca de 30 dias, dizia, nesta mesma tribuna, que o Governo teria três preocupações mais urgentes. A primeira seria com a segurança pública, para evitar que aconteça em Minas o que acontece em outros Estados, particularmente no Rio de Janeiro, onde a população não sabe o que irá acontecer no momento seguinte; por isso não sai de casa com tranquilidade e não sabe se irá acordar no próximo dia. A própria PM do Rio está acuada e intimidada.

E a escalada da violência está chegando também a Minas. Vários policiais militares são mortos todos os meses, e a população encontra-se apavorada, principalmente na Capital e nos grandes centros. Felizmente, o Governador Aécio Neves lançou um plano de segurança bastante ousado e moderno e, certamente, com a ajuda da sociedade e dos municípios, o Estado terá um programa de assistência que ajudará a população a superar este momento difícil.

A segunda preocupação seria com nossas estradas, principalmente as de grande fluxo. É fundamental que o Governo insista no uso da CIDE, imposto dos combustíveis, para a recuperação da malha viária do Estado.

Ontem, vindo de Alfenas, passei pela Rodovia Fernão Dias, talvez a principal rodovia mineira, e pude notar que se encontra em estado de degradação, ou seja, não está sendo conservada. Há vários pontos de estrangulamento nessa importante rodovia brasileira, símbolo das nossas estradas.

O Governo Aécio Neves continua a insistir, com muita propriedade, para ter os recursos para a conservação das rodovias de grande fluxo e para o programa de asfaltamento das vias de acesso a 215 municípios mineiros que se encontram na lama e na poeira.

O terceiro ponto seria a saúde. O Secretário Marcus Pestana mostrou-nos a situação precária em que encontrou a Secretaria, assim como as dificuldades que vem enfrentando para desenvolver um programa mínimo.

Mas, em meio a tantas dificuldades, notamos que ocorreu a retomada da cesta básica de medicamentos para os municípios, que se encontra com seis remessas atrasadas. A nossa Secretaria já resolveu o problema de uma delas. No final de abril, haverá a remessa da segunda. Até o segundo semestre, estará em dia o fornecimento dos medicamentos, principalmente para os pequenos municípios.

Falou-se da incrementação do Programa Saúde da Família. Sem dúvida, trata-se de um dos mais importantes do País. Em breve se tornará prioritário. Temos de desburocratizar o setor do PSF da nossa Secretaria. Já presenciei verdadeiras vias sacras de Prefeitos que vão do 12º andar para o 8º, do 8º para o 7º e do 7º para o 2º, sem conseguirem a implantação do PSF em seus municípios. O outro programa é o piso de atenção básica, que o Estado já está encaminhando com acréscimo de 20%, para que os municípios possam prestar a assistência básica ao seu povo.

O Deputado Doutor Ronaldo (em aparte) - Parabeno-o por sua fala tão importante. Hoje enviei uma carta ao Secretário Marcus Pestana, porque recebi uma queixa, por telefone, de um colega de Sete Lagoas, que opera a atacado, como eu fazia. Os médicos que atendem à camada carente da população têm, muitas vezes, de operar durante 24 horas. Esse meu colega dizia que, de 40 pedidos de cirurgia, tem recebido o retorno, no dia 8, de apenas 8 AIHs; 32 pedidos ficam para o mês seguinte, mesmo os de pacientes com doenças graves, como câncer. Assim, tem ficado impedido de trabalhar.

Aproveito para comunicar que a UFMG está realizando o seminário "A UFMG, o Mundo do Trabalho e a Inclusão Social", já que se aproxima o Dia do Trabalhador. Esse colega que mencionei desejava trabalhar e se vê incapacitado para isso, porque não recebe a AIH para operar os pacientes de Sete Lagoas. A UFMG tenta promover a inclusão social do que não trabalha por meio desse seminário, que será realizado nos dias 24 e 25 de abril de 2003 no "campus". Nessa oportunidade serão discutidos vários aspectos, inclusive os relativos à área médica. Há médicos que desejam trabalhar, mas o material não é encaminhado às suas mãos. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço ao Deputado Doutor Ronaldo, simpático, eficiente e combativo, que representa tão bem nossa Sete Lagoas. Cumprimento-o pelo seu trabalho. Sou testemunha da sua luta e peregrinação em favor do povo de Sete Lagoas e do povo que lhe outorgou o mandato de Deputado. Tenho a certeza de que o seu trabalho é de toda a Casa. Sempre lhe daremos respaldo, porque é bom ver um trabalho sério sendo desenvolvido pelo colega do PDT.

É importante ressaltar estes três itens da nossa Secretaria da Saúde: o medicamento, o PSF e o piso de atenção básica à saúde. O PSF tem de ser desburocratizado. Essa nossa luta já dura muitos anos. Não é possível haver tanta dificuldade para se implantar um programa; sua implantação deveria ser rápida. A Secretaria tem de procurar os municípios para estimular a implantação desse programa. Deixamos clara a importância de desenvolver alguns programas, como o do equipamento de alguns hospitais que já estão concluídos e o da redistribuição do piso

para a alta complexidade.

Tivemos sinal verde para a implantação do serviço de alimentação parenteral na Prefeitura de Montes Claros. Encontramos dificuldades em Brasília no que se refere à liberação do teto. Porém, o Estado garantirá o piso para implantar o programa de alimentação parenteral em Montes Claros. São vitórias que acumulamos ao longo do exercício do mandato. Tivemos ainda garantia da implantação da Diretoria Regional de Saúde de Januária, por nós criada, no ano passado, por intermédio de um projeto de lei. Faremos sua complementação, criando os cargos, a fim de que Januária tenha sua DRS. Lutamos também pela implantação da DRS de Pirapora. São avanços importantes para todos nós.

Faço menção à cidade de Jaíba. De um lado cumprimento o povo de Jaíba, seu Prefeito, Dr. Giovani, seus Vereadores, lideranças, pela festa, talvez uma das mais representativas deste País, a Festa Nacional da Banana, que se inicia na sexta-feira, dia 25, e estende-se até domingo, dia 27. Trata-se de uma festa formidável, porque é do trabalhador, do produtor rural. É a oportunidade que o produtor tem para comemorar, mostrar seus produtos a todo o Estado, a todo o País. Certamente terá o êxito das festas passadas. É a 11ª versão da Festa Nacional da Banana. Parabéns ao Prefeito, Dr. Giovani, pelo grande trabalho que vem realizando.

De outro lado, chamo a atenção, mais uma vez, para os problemas agrários que estão acontecendo com o Projeto Jaíba. Já denunciei desta tribuna que o Projeto Jaíba corre o risco de, na sua segunda parte, parte empresarial - são mais 46.000ha que serão leiloados aos empresários, a fim de que o Projeto Jaíba possa ser transformado, efetivamente, no maior projeto de irrigação do hemisfério sul -, ser invadido. Temos a Liga Operária Camponesa, o MST e alguns outros movimentos que entendem ser um projeto público, que deve ser invadido. Se isso acontecer, será um grande desastre para o Norte de Minas.

Estivemos no INCRA com o Dr. Marcos Helênio, nosso ex-companheiro, meu amigo, grande homem público. Mostramos-lhe a necessidade de uma intervenção, de uma ação preventiva do INCRA. Ele nos disse que representa, hoje, o instituto da reforma agrária e, infelizmente, não tem condição de adquirir terras para fazer os assentamentos rurais. Pergunto: como se faz reforma agrária neste País, se o próprio Governo Federal, por meio do INCRA, não tem como adquirir as terras? Isso é um verdadeiro estímulo às invasões. As invasões vão continuar acontecendo, como estão acontecendo no Norte de Minas.

Faço um apelo. Já expedimos ofício a todos os Deputados Federais, ao Presidente Lula e a quem de direito, denunciando esse absurdo que está prestes a acontecer no Projeto Jaíba.

Se, de um lado, temos a grande Festa Nacional da Banana, motivo de orgulho e comemorações, por outro temos o Projeto Jaíba, prestes a ser invadido por integrantes da Liga Operária Camponesa e do MST. Todas essas invasões, todos esses movimentos estão acontecendo aos olhos das autoridades federais, que estão impotentes, observando o desmonte do maior programa de reforma agrária existente no País. É o maior projeto de assentamento que temos, com mais 46.000 hectares, que serão colocados à disposição do empresariado mineiro, o que certamente vai gerar muito lucro e divisas ao nosso povo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV Assembléia, tivemos aqui, nos dias 14 a 16, o Fórum Técnico sobre a Reforma da Previdência, agendado e discutido pelo Presidente Mauri Torres e pelo Ministro Berzoini.

O Fórum foi um sucesso, com mais de 1.500 participantes. Foi um espaço aberto às entidades para que manifestassem suas opiniões em relação a esse tema tão importante, que envolve a todos, como bem expressou a publicidade do Fórum: "Isso tem a ver com você, isso tem a ver com o seu futuro".

Com a realização do Fórum, a Assembléia demonstrou, mais uma vez, que está em sintonia com os problemas do País e aberta à participação da sociedade, assim como o Presidente e a Vice-Presidente da Comissão do Trabalho, Deputada Marília Campos, os Deputados André Quintão e Adelmo Carneiro Leão, que propuseram esse Fórum para que discutíssemos a questão da Previdência junto com as entidades que nos ajudaram a organizar o evento.

Após várias reuniões com as entidades, ficou estabelecido que uma comissão de representantes elaboraria um documento que sintetizaria as propostas surgidas na discussão. Assim, foi elaborado o documento final, que será entregue ao Ministro no dia 13 de maio, às 14 horas, quando o receberemos.

Registro também a participação da Deputada Ana Maria, membro da Comissão do Trabalho.

O Fórum foi marcado pela bipolaridade de opiniões. De um lado, as entidades e servidores posicionaram-se radicalmente contra a reforma do regime próprio dos servidores públicos, alegando que as mudanças implementadas em 1998 pela Emenda nº 20 seriam suficientes para reequilibrar o sistema, bastando apenas maior controle sobre o desvio dos recursos da seguridade social para outras áreas.

No lado oposto, técnicos do Governo defenderam a necessidade da reforma, tendo em vista que o crescente envelhecimento da população vem alterando a pirâmide etária brasileira, de modo a gerar, a cada ano, mais aposentados e menos servidores ativos, o que causará, em longo prazo, a falência do sistema previdenciário.

Não devemos espantar-nos com essas divergências, pois a democracia é assim mesmo, não existe idéia única, posição dominante. A expectativa agora é que o Governo esteja sensível a isso e envie ao Congresso proposta que contemple os dois lados da questão.

Nesse sentido, a tarefa da Comissão do Trabalho não se encerrou com o Fórum. Aprovamos, na Comissão, requerimentos para que possamos discutir, em várias regiões de Minas Gerais, a questão da Previdência. Acompanharemos toda a tramitação da matéria em Brasília e poderemos dar contribuição concreta, por meio de articulação com a bancada federal mineira.

Para o dia 13 de maio, foi sugerida a presença do Presidente da Câmara e do Líder do Governo, para que possamos entregar o documento e discutir com os servidores a questão da Previdência. Portanto, a contribuição desta Casa é uma carta de Minas, documento-síntese que será entregue nas mãos do Ministro Berzoini, no dia 13.

Já me posicionei quanto à questão da taxação dos inativos, que seria a partir dos R\$2.400,00. Debates, inclusive, no Fórum a questão dos mais de 40 milhões de brasileiros que não têm participação previdenciária nem recebem dos governos estaduais, federal e municipais. Foi discutida a taxação da riqueza, sugerindo que aqueles que têm poder maior poderiam contribuir.

Parabenizo a gerência, na pessoa do Juscelino, e agradeço à Comissão que nos assessorou. Fizemos um trabalho com a participação de especialistas na questão da Previdência.

Nesse feriado, visitei algumas cidades, como Corinto e Várzea da Palma. Na sabatina que fizemos na Casa com o Cel. Renato, discutimos a questão de algumas estradas de Minas Gerais.

A BR-135, entre o trevo da BR-040 e Montes Claros, transformou-se em corredor da morte. Solicitamos ao Presidente do DER algumas intervenções, porque as pessoas corriam risco de vida. Em audiência pública realizada em Montes Claros, foi assinada uma ordem de serviço. Na região de Curvelo a São José da Lagoa, constatarei verdadeiras crateras. Atendendo a nossa solicitação, o DER fez a operação tapa-buracos. No entanto, de Curvelo a Corinto, Augusto de Lima e Buenópolis, só encontramos buracos. Não entendemos por que fizeram somente a metade do serviço. As pessoas que não conhecem a região correm risco de vida se viajarem à noite. A operação tapa-buracos é urgente. Alguns trechos precisam ser refeitos. Além do asfalto, a sinalização está precária; o mato toma conta das faixas.

Portanto, requeremos ao DER tais correções. Durante essa viagem, no trecho de Curvelo a Corinto, contei 19 veículos parados no acostamento, porque os pneus estavam furados, devido ao grande número de buracos. Fica, então, registrada a posição deste parlamentar. Como já disse, encaminhei requerimentos ao DER e ao Secretário de Transportes, a fim de que sejam feitos serviços de emergência no local.

O Deputado Doutor Ronaldo (em aparte) - Apoio totalmente as suas reivindicações. No último final de semana, passei pela estrada que vai até Diamantina. Está uma verdadeira maravilha. Não existem buracos, e não vi qualquer acidente. Mas o contrário acontece na BR-135.

Aproveite este aparte para manifestar solidariedade aos familiares das vítimas do naufrágio ocorrido em Cabo Frio, desastre horrível, causado pela falta de responsabilidade dos que tinham obrigação de preservar a vida daquelas pessoas. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Agradeço, Deputado Doutor Ronaldo. Muito obrigado.

O Deputado Chico Simões* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia. Vários colegas nos precederam, manifestando o que pensam e cobrando determinadas atitudes. Algumas procedem, como a recuperação das nossas rodovias. É lógico que, aqui, o parlamentar está cobrando. Não temos a caneta nem somos donos dos recursos para resolver essas questões com rapidez e urgência. Ao mesmo tempo, temos funções importantes, das quais não podemos abrir mão. Resumidamente, direi o que me trouxe a esta tribuna no dia de hoje.

O maior problema do País é a carência de recursos financeiros para aplicação em políticas sociais e de infra-estrutura. Nosso orçamento, ao longo dos anos, parece um "cobertor São Tomé", ou seja, um cobertor curto; se você cobre a cabeça, os pés ficam descobertos e vice-versa. Alguma coisa podemos fazer, ao cumprirmos nosso papel de fiscalizadores e cobrarmos transparência e seriedade com a coisa pública. Gastar indevidamente e não ter cuidado com o erário é grande fonte de diminuição dos recursos.

Tenho a certeza de que todos vocês leram notícia recentemente divulgada por jornal de grande circulação referindo-se ao prejuízo causado aos cofres de Minas pelas privatizações dos Bancos BEMGE e Credireal. Foi algo em torno de R\$428.000.000,00. Como membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa, estudei profundamente o assunto. Foi publicado no "Diário do Legislativo" de 27/6/2000, resultado de CPI realizada nesta Assembléia. Seu relatório final apontava uma série de irregularidades no saneamento desses Bancos, visando à privatização. Naquela época, para salvar R\$119.000.000,00 do Credireal, o Estado aplicou R\$1.200.000.000,00. E para sanear o BEMGE, aplicou R\$1.700.000.000,00 para salvar R\$522.000.000,00. O mais grave não é isso. Os acionistas minoritários não contribuíram proporcionalmente para sanear os Bancos, mas participaram na divisão dos ativos.

Outra irregularidade verificada: houve grande favorecimento ao BEMGE, repassado também ao Itaú, instituição não estatal. Para efetuar os pagamentos que hoje são de exclusividade do Itaú, o Estado paga quantia superior à de mercado. E ainda: antes de efetuar esses pagamentos, os recursos ficam dois dias nos caixas dos Bancos. Se não bastasse, os tributos pagos no Itaú ficam alguns dias nos seus cofres antes de serem repassados ao erário. Somente a aplicação financeira desses recursos seria suficiente para suprir gastos com os serviços de pagamento dos funcionários e dos pensionistas do Estado.

O relatório também citou o contrato firmado pelo BDMG e o consórcio composto pelo Banco Pactual e outros, com o objetivo de elaborar avaliação prévia dos dois Bancos. Foram apontadas suspeitas nessas contratações.

Na época, o relatório foi votado nesta Casa e foi pedido que se encaminhasse ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e ao Governo do Estado. Hoje percebemos que o Governador Itamar Franco, à época, por decreto, constituiu uma comissão para fazer auditoria, a qual mostra esse prejuízo de R\$428.000.000,00. Essa responsabilidade é nossa, pois a função de fiscalizar é nossa, não é nenhum favor que fazemos. Diante disso, protocolei um pedido dirigido à Mesa, para que seja nomeada uma comissão especial a fim de que se cobre do Ministério Público e do Tribunal de Contas o que fizeram e como estão os encaminhamentos. Deve-se cobrar também do Governo do Estado, que é obrigado, por lei, a zelar pelo que é público. Que se nomeie essa comissão o mais rápido possível para que o Legislativo possa cumprir seu papel! Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - Deputado Chico Simões, na condição de Presidente da comissão especial que examinou os contratos efetuados pelo BDMG e pelo Projeto SOMMA, e nenhum deles apresentou irregularidades, essa Presidência sugere a V. Exa. que por meio de comissão especial não se chegará a lugar algum. O ideal seria uma CPI que tratasse desse assunto com maior profundidade. É essa a sugestão que a Presidência dá a V. Exa.

O Deputado Chico Simões* - Sr. Presidente, entendemos perfeitamente a orientação de V. Exa. Quando propus essa comissão especial, havia pensado em CPI, mas levei em consideração o fato de já ter havido CPI nesta Casa, com conclusões. Lendo o Regimento Interno, concluí que nos autoriza, a princípio - se estiver errado, corrijam-me -, a pedir comissão especial para averiguar o encaminhamento, não outra CPI. Na verdade, isso já foi provado por esta Casa e aprovado por este Plenário. Quando solicitei essa comissão especial foi simplesmente para averiguar, pois, tendo em mãos dados novos dessa auditoria e havendo fato novo, encaminharemos para a CPI. Se concordar, peço que conduza dessa forma.

O Sr. Presidente - Deputado Chico Simões, a Presidência fez uma sugestão a V. Exa. Mas, pelo seu pronunciamento, há fato relevante, novo, que não consta em seu requerimento: o novo contrato firmado entre o Governo anterior e o Banco Itaú. Não havia vencido esse contrato. Antes de seu vencimento, que era de cinco anos por ocasião da venda, houve acordo. Como essa questão não constava do requerimento, a Presidência sugeriu o encaminhamento com esse fim.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Ouvi a exposição do Deputado Chico Simões e a intervenção de V. Exa., e considero a situação extremamente grave. Denunciei da tribuna e encaminhei documento ao Ministério Público solicitando providências, porque não sei se chega à beira do estelionato o que aconteceu no Governo anterior com relação à prorrogação do contrato com o Banco Itaú. Um ano e meio antes de terminar, porque não terminaria no Governo Itamar Franco, que, sem licitação, prorrogou o contrato - se não me engano - por mais dez anos.

Um negócio escuso e mal explicado. Cabe, sem dúvida, ação do Poder Legislativo para esclarecer essa questão.

Criar mais uma CPI, talvez para o caso específico da prorrogação do mandato, é cabível. Quanto às outras irregularidades levantadas e encaminhadas ao Ministério Público, temos comissões que têm autoridade para cobrar dos órgãos encarregados atitude e ação. O Poder Legislativo fez o seu papel, levantou, identificou as irregularidades e as apresentou, exigindo providências do Ministério Público, do Tribunal de Contas e até mesmo do Executivo, no passado. Nada aconteceu.

O Poder Legislativo, talvez até mesmo pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, tem plenas condições de fazer isso. Concordo que é preciso rever a Comissão Especial no Regimento Interno. Ou delegamos a uma comissão permanente que tome providências e investigue, ou constituímos CPI. Comissão Especial é o meio do caminho. Nunca vi bons resultados vindos dela. Dentro do limite constitucional dado à Comissão e aos parlamentares, acredito que deveria haver cobrança. Mais do que isso, certo seria que a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, permanentemente, cobrasse e fizesse o levantamento de todas as apurações das CPIs. Aliás, que se cobrasse do Ministério Público e do Tribunal de Contas medidas cabíveis. Muito obrigado.

O Deputado Chico Simões* - Preocupam-me as nossas funções de fiscalizar e legislar. Mas ainda mais, como cidadão, essa última atribuição. Esta não é só a função que nos é imposta, mas é o que representamos na democracia. É duro ouvir que toda CPI termina em "pizza". De fato, com raras e honrosas exceções, a maioria termina. Por quê? Porque acreditamos que nosso papel termina quando o relatório final é votado pelo Plenário. Não pode ser assim. Faço parte da Comissão de Fiscalização Financeira. Acredito que quem determinou a ida do resultado da CPI para o Tribunal de Contas, o Ministério Público e o Estado não foi a Comissão mas, sim, o conjunto, ou seja, o Plenário, o Poder Legislativo.

Por isso, até para resguardar o nosso Poder e respeitá-lo, esta Casa tinha de formar uma comissão aprovada por nós, para que, em nome de todos, fosse possível cobrar o resultado de maneira efetiva. Neste momento, não estou falando a respeito do ocorrido com o Banco Itaú. Não que não queira ir atrás, fiscalizar e procurar o que deve ser feito. Estou pedindo esclarecimentos sobre o que saiu na imprensa, que é o fato novo desse prejuízo. Gostaria de ter em mãos esse relatório, a fim de que pudéssemos nos fundamentar para passos posteriores. E, em nome deste Plenário e desta Casa, cobro o que foi feito pelos órgãos aos quais o Plenário mandou as informações. Perdoe-me a veemência, mas tenho grande carinho pelo Poder Legislativo. Defendo a democracia representativa, mesmo sabendo que não é ideal, mas é a melhor maneira de se viver. Insisto no requerimento da constituição da comissão, para, de maneira isenta e determinada, seguir os passos desta Casa, a fim de que mais uma CPI não termine em "pizza". Além disso, que não cruzemos os braços após cumprir o nosso papel e mandar às instituições, que nada fazem.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Deputado Chico Simões, o seu requerimento será apreciado oportunamente.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Foi bom trazer à tona essa discussão para que possamos analisar a questão.

Tenho o maior respeito pelas CPIs. O jargão de que as CPIs desta Casa sempre "terminam em pizza" constitui repetição de frases por alguém que nunca participou efetivamente de uma CPI.

É importante entender o alcance do poder do Deputado. O que fazemos é uma apuração minuciosa, uma acareação entre partes, uma exposição constante do Poder Legislativo e dos membros envolvidos na CPI. Muitas vezes, o resultado prático não depende de nós.

Participei da CPI que analisou o problema do narcotráfico em Minas Gerais. Foi uma das piores épocas que vivi - sofri ameaças, recebi telefonemas anônimos, vi membros da minha família sendo ameaçados, houve tentativa de me intimidar e de me afastar do processo. Mesmo com muitas dificuldades, conseguimos levar adiante a CPI.

Quando se encaminha o relatório final de uma CPI ao Tribunal de Contas, às Polícias Militar e Civil, ao Governador do Estado, ao Presidente da República e a quem quer de direito, encerra-se a participação do parlamentar. Não há como monitorar os resultados como a comissão gostaria.

Essa CPI, especificamente, apurou os fatos, e os parlamentares que dela participaram fizeram um trabalho bem feito - inclusive com posicionamento do PT, que estava brilhantemente presente.

Não há necessidade de se constituir comissão especial para cobrar resultados de uma CPI. Isso seria uma exposição do parlamento, uma demonstração de fraqueza de um trabalho realizado. Nesta Casa há a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que tem todo o direito e total obrigação de agir em relação a essa questão.

Seria cair no ridículo votarmos na constituição dessa Comissão Especial.

Por omissão do Tribunal de Contas e de autoridades do Estado, estamos à mercê de denúncias, como essa que apareceu na grande imprensa mineira.

Com o devido respeito ao Deputado Chico Simões, a Mesa não poderia receber esse requerimento. Seria uma exposição ao ridículo de toda a Assembléia. A Mesa poderia, então, encaminhá-lo à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que poderia acionar o Ministério Público e a Promotoria Pública, cobrando resultados do Governo e nos resguardando. A Mesa estaria cometendo um gravíssimo erro ao constituir comissão especial para cobrar resultados de uma CPI instituída na legislatura passada, cujos trabalhos já foram arquivados. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - A Presidência acata a sugestão do Deputado Carlos Pimenta e esclarece que ainda não foi decidida a questão do requerimento do Deputado Chico Simões.

O Deputado Chico Simões* - Era o que tinha a dizer. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 23/4/2003

O Deputado Márcio Passos* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, no último final de semana, visitei a região do vale do Jequitinhonha. Em Almenara, conversando com lideranças locais e de cidades vizinhas, constatei que a maior reivindicação

daquele povo é um hospital regional.

Em 1994, durante a gestão do Prefeito Cândido Mares Neto, foi liberada a verba de R\$1.304.900,00 para a construção de um hospital regional, que seria utilizado não só pela população de Almenara, mas também por cerca de 36 cidades vizinhas, representando grande desenvolvimento para a área de saúde da região.

A construção do hospital, iniciada em 1995, terminou em 1996. No entanto, após a conclusão da obra, o hospital foi transformado em um centro administrativo. Isso aconteceu mesmo diante da grande necessidade da região, que é uma das mais carentes do Estado. A população precisa viajar 750km para vir a Belo Horizonte, a fim de procurar atendimento médico. Além disso, os hospitais regionais mais próximos, de Teófilo Ottoni e Governador Valadares, ficam a 400km.

Aquele hospital, com três blocos cirúrgicos, foi dilapidado. A sala de raios X foi quebrada para tornar-se local de atendimento administrativo de órgãos da Prefeitura, como o Banco da Terra. O que mais chamou a atenção foi o fato de o Prefeito ser médico e ter agido dessa forma. E mais: ele tem interesse em que o hospital não funcione, porque é proprietário de um hospital particular em Almenara.

Em 11/1/2003, foi entregue ao Presidente da República, em Itinga, carta-denúncia do Presidente do PT de Almenara, Antenor Sena Aquino, que relatou o desativamento do hospital. Outra denúncia foi feita em 10/3/2003, pela Dra. Núbia Alves Miranda. Nessa denúncia, ela informa que Almenara recebe uma receita líquida de R\$10.725.000,00 por ano, sendo que para a área de saúde os recursos são de R\$1.250.000,00. No entanto nada foi feito com relação ao funcionamento do hospital. Estranhamos muito que vários equipamentos tenham sido desviados e ninguém saiba o destino.

Sr. Presidente, solicito que tomemos as medidas cabíveis, a fim de que tal situação seja resolvida, porque, além de Almenara, 36 cidades vizinhas também se beneficiarão com aquele hospital. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, assessores, telespectadores da TV Assembléia, amigos de gabinetes, entre os vários assuntos que tenho a tratar, quero afirmar meu apreço pelo trabalho desempenhado pela Comissão de Educação, presidida pelo Deputado Adalclever Lopes, e pela Comissão de Administração Pública, presidida pelo Deputado Domingos Sávio. Amanhã discutiremos o importante tema do ato médico na Comissão de Saúde. Há projeto sobre essa matéria tramitando no Senado Federal, e, com certeza, esta Assembléia contribuirá muito através do seu corpo médico, não ficando ausente do debate. Registro, ainda, com muito prazer o fato de a Comissão de Administração Pública ter aprovado requerimento de nossa autoria indicando o nome do arquiteto Oscar Niemeyer para cidadão honorário de Minas Gerais. Tenho absoluta certeza de que nós, mineiros, teremos orgulho da entrega do título a esse grande artista e, porque não dizer, homem público, já que faz parte da história da humanidade, de Minas e do Brasil. Fico muito feliz por ser o autor dessa proposição. Esperamos que o Governador Aécio Neves reconheça a importância dessa homenagem ao notável Oscar Niemeyer.

Manifesto nossa satisfação e alegria por ter participado, ontem, juntamente com o Governador e com o Secretário Odelmo Leão, da solenidade de reativação do Conselho Estadual de Política Agrícola. Com visão de parlamentar experiente, o eminente Secretário procura desenvolver uma política de sustentabilidade forte e equilibrada para Minas.

A iniciativa de Aécio Neves representa passo decisivo para o crescimento econômico do nosso Estado e a efetiva distribuição de justiça social, pois leva em consideração a maior potencialidade existente em nosso território: o agronegócio. Permitam-me fazer referência especial ao mencionar o tema. Lembro-me com saudades do Deputado João Batista de Oliveira, um dos maiores defensores da agricultura e pecuária nesta Assembléia, que fez com que a idéia do agronegócio se instalasse de maneira efetiva através das comissões e, particularmente, das inúmeras audiências públicas realizadas durante quatro anos em diversas localidades do Estado.

Não há como negar que esse é o segmento que mais reúne condições de oferecer possibilidades de desenvolvimento e emprego a partir da otimização da sua capacidade de promover agregação de valor ao que produzimos na agricultura e pecuária do nosso Estado.

Ao cumprimentar o Sr. Governador e o Secretário Odelmo Leão pela significativa medida de retomar as atividades do Conselho de Política Agrícola, enfatizo que o agronegócio identifica exatamente a matriz conceitual das mudanças no planejamento e na dinamização da produção de alimentos e outros produtos de origem animal e vegetal (móveis, papel e celulose, açúcar e álcool, etc.). É na sua aplicação que encontramos a possibilidade de integrar todos os agentes da cadeia, desde fornecedores de insumos e outros fatores que antecedem a produção, passando pelo produtor rural, chegando aos serviços de logística, processamento e industrialização, até alcançar o consumidor. Essa visão de cadeia é o fator que diferencia uma empresa de outra, um país de outro, e que se torna decisivo num mundo globalizado, em que impera uma verdadeira guerra por mercados. Minas Gerais não pode furtar-se ao enfrentamento desse desafio, qual seja o de inserir-se nesse universo com a oferta de produtos competitivos de maior valor agregado, capazes de superar a forte concorrência existente. Nas palavras do Governador, proferidas na tarde de ontem, gravamos e temos a certeza absoluta de que nós, mineiros, teremos forte compromisso com a agricultura e com o agronegócio: "Temos de avançar para vender menos em toneladas e mais em gramas". É preciso recuperar espaços reconhecidamente perdidos. Nesse aspecto, é de vital importância a efetiva construção de parcerias entre o setor produtivo e o Governo do Estado. Somente com a consolidação dessa sintonia teremos força para impulsionar o crescimento e alcançar os resultados esperados. Quero destacar, particularmente, a defesa veemente, feita pelo Governador, da necessidade de um posicionamento mais ousado do Governo Federal na liberação de recursos para a cafeicultura. E nesse ponto, volto a atenção para minha região, o Sul de Minas, maior produtora de café do Estado, que, por sua vez, responde por 51% da produção nacional. Em nossa região, encontram-se mais de 35 mil propriedades rurais, que colhem anualmente mais de 8 milhões de sacas de café. Desde que chegamos a esta Casa temos levantado a voz para defender a aplicação de uma política adequada do Governo Federal, que permita a recuperação da cafeicultura, vitimada, especialmente na década de 90, por fortes reveses que comprometeram nossa competitividade em face de outros países, como o Vietnã, a Indonésia e a Guatemala. Inúmeras foram as audiências públicas promovidas por esta Casa, vários os encontros regionais, incontáveis as caminhadas até Brasília. Lembro-me de que, em dezembro de 2000, atendendo a nosso requerimento, a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial deslocou-se até a minha terra, Ouro Fino, para discutir a situação da cafeicultura no Sul de Minas.

Ouro Fino, que, sob a batuta de Júlio Bueno Brandão, foi palco, no século passado, do célebre "Acordo do Café-com-Leite", ouviu os reclamos de diversos produtores da região, que apontavam como uma das principais dificuldades enfrentadas a falta de atenção do Governo Federal para com o setor.

Felizmente, os sinais emitidos pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva reacenderam a esperança de que, finalmente, será elaborada uma política para a cafeicultura nacional e que Minas Gerais será aquinhoadada com recursos indispensáveis para o investimento no plantio, na colheita, no armazenamento e na pré-comercialização do café.

Destaco este momento importante do Governo Lula, embora tenha havido vários questionamentos da nossa Comissão, do Secretário e, particularmente, do Governador Aécio Neves, que estará em Brasília, na quarta-feira, cobrando veementemente a liberação de recursos para a cafeicultura mineira. Vejo que avançamos muito, particularmente em nosso Estado, que é, sem dúvida, o maior produtor de café do País.

Nossa expectativa é que se confirme a liberação de pelo menos R\$3.000.000.000,00 para o setor este ano. Esperamos que a liberação dos recursos não fique apenas na expectativa e nos embaraços da burocracia, pois o que muito se vê são os produtores a bater às portas do Banco do Brasil e saindo de mãos vazias, diante das dificuldades com que se deparam na hora de obter crédito.

No ano passado, discutimos por várias vezes a participação da cafeicultura. Aqui compareceram vários dirigentes do Banco do Brasil, que questionaram o aspecto financeiro e a liberação de recursos, demonstrando a grande dificuldade para se garantir a cafeicultura mineira. A liberação de recursos pelo Governo Federal possibilitará ao Estado distribuí-los em todas as regiões produtoras de café.

Neste importante momento para o agronegócio mineiro, queremos nos associar à determinação do Governador Aécio Neves, que reafirma sua disposição de reconduzir o Estado a desempenhar um papel de relevância nas discussões nacionais relacionadas com o segmento e de cerrar fileiras a favor do crescimento de Minas Gerais.

Tenho a certeza de que, a partir da implementação das medidas que serão avaliadas no Conselho Estadual de Política Agrícola no próximo dia 29, o Estado imprimirá passos firmes e determinados para ampliar aquela que é uma das suas maiores vocações, e os resultados certamente serão expressivos, pois o nosso potencial e a vontade do povo mineiro não permitem conclusão diferente.

Sr. Presidente, confio em que a região de V. Exa., especialmente a querida São Sebastião do Paraíso, um dos maiores centros produtores de café, receberá do Governo Aécio Neves a liberação de verba para os cafeicultores, possibilitando-lhes condições de sobrevivência. Que essa cafeicultura volte aos tempos anteriores: honrada, preservada e garantida, principalmente por nós, representantes do povo mineiro!

Na tarde de ontem, nessa solenidade, a assinatura de posse desse Conselho selou a tranquilidade para o agronegócio do Estado e do Brasil. Parabéns a todos! Esse Conselho será iluminado e terá como comandante o caríssimo amigo, Deputado Odelmo Leão Carneiro, Secretário da Agricultura.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, funcionários desta Casa, convidados, telespectadores da TV Assembléia, acredito que todos os parlamentares estão assustados com o alto índice de criminalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

As manchetes dos jornais da Capital estamparam, nos últimos dois dias, uma realidade triste e preocupante para todos: 39 pessoas foram assassinadas na RMBH, entre a sexta e a segunda-feira passadas, na Semana Santa. Esta não é uma situação isolada, mas o reflexo do recrudescimento da criminalidade na Capital, que chega a números inimagináveis. Conforme dados da própria Polícia Militar, o número de assassinatos, nos finais de semana na RMBH, saltou de uma média de 12 para 30. Portanto, há um aumento de mais de 100%.

Já não podemos continuar banalizando a violência que grassa na RMBH, nem aceitar esta realidade, tomando como referência metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo e Estados do Nordeste, como Pernambuco. Não podemos aceitar passivamente a tese de que o recrudescimento da violência é fenômeno nacional. Minas já teve modelo de segurança pública, que garantia a seus cidadãos um diferencial de vida entre esta Capital e as restantes do País. Já fomos modelo de polícia. Já não podemos nos deter em teses que venham explicar e justificar a insegurança pública vivida por nosso Estado. Sabemos, por certo, da explosão demográfica nas Capitais - consequência do processo migratório do interior e até de outros Estados - e que a violência é consequência da fome e das desigualdades. Estamos cientes de que também a morosidade da justiça, somada à falta de presídios, é fator que alimenta a criminalidade no Estado.

É sabido que o tráfico de drogas massacra nossa juventude, e ela é o dedo que aciona o gatilho em nossa Capital.

É hora de abandonarmos conceitos e retórica, de agirmos, de combatermos nessa guerra, da qual temos saído todos perdedores.

Há dois meses, estive no gabinete do Secretário de Defesa Social, de onde saí animado, esperançoso de que hoje estaríamos colhendo já os frutos do novo modelo de segurança pública anunciado. Mas o que vemos, lamentavelmente, é o crime organizado ganhando forças e impondo sua face nas manchetes de jornais. Na matéria da pág. 4 do jornal "O Tempo", o assessor de imprensa da Polícia Militar citou alguns programas que estariam sendo implementados - entre eles, o "Fica Vivo" -, mas, ao mesmo tempo, admitiu que o crime está crescendo, apesar do trabalho de prevenção desenvolvido. Temos de concluir que tais programas são insuficientes, pois não conseguem ao menos manter o índice de criminalidade na Capital.

O novo modelo de segurança pública ainda não disse a que veio, por exemplo, em relação à investigação das mulheres desaparecidas. A Polícia Civil chegou a acenar com a possibilidade de, no início deste mês, esclarecer a tragédia que atingiu mais de 30 famílias, as quais, desde o início de 1999, buscam uma resposta da polícia, a prisão do criminoso, do possível maníaco, que ceifou a vida de 32 mulheres. Mas a polícia silenciou, e o autor dessa barbárie continua impune, envolto em obscuridade.

O momento impõe-nos novas condutas, novos conceitos no combate à criminalidade e na investigação.

A Divisão de Crimes Contra a Vida que, em um passado recente, alcançava níveis invejáveis de apuração de crimes, já não honra essa tradição.

Em Contagem, onde o índice de criminalidade cresce de forma assustadora, é urgente a necessidade de equipar e expandir a Delegacia de Homicídios que, segundo informações de um Delegado da unidade, não tem estrutura para atender à demanda.

Ocorre-me, às vezes, acreditar que a polícia mineira passou a aceitar de forma passiva a inversão do poder. Ela, que já foi forte e respeitada, parece fragilizada diante do fortalecimento dos grupos que comandam o crime na Capital.

Sabemos que o País precisa reestruturar sua justiça, criando leis mais fortes, fechando os espaços que permitem aos criminosos recorrer de suas sentenças por longos períodos. Mas, enquanto essa mudança não chega, precisamos encontrar mecanismos que devolvam à polícia mineira seu status de melhor polícia do Brasil e, aos mineiros, a segurança que lhes tem faltado.

O Governo não pode mais esperar. É tempo de agir, e rápido, antes que a criminalidade na Capital se torne incontrolável.

Muitos Deputados, como eu, ao visitarem nos finais de semana as suas bases - cidades onde as pessoas andavam com tranquilidade pelas ruas e cujas casas não possuíam cercas nem muros - observam que os criminosos já se instalaram lá.

Na semana passada, tivemos uma comitiva de Vereadores em Pains, onde a polícia tirou o único Sargento que havia. Foram mantidos dois soldados para tomar conta de uma cidade. Estive também em Corinto, onde as pessoas estão assustadas com o tráfico de drogas. A Polícia Civil local não tem condições de fazer as investigações; a Polícia Militar está com viaturas quebradas, faltando pneu e gasolina. Os quartéis, os pelotões, as companhias e as delegacias estão desmoronando e a criminalidade está crescendo assustadoramente. Estive com o Governador

para elogiar a parceria das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros, mas até este momento nada de novo aconteceu no Estado. A situação continua terrível. A população tem medo de sair às ruas. Escolas são invadidas por bandidos todos os dias. As professoras e os médicos dos postos de saúde têm medo de trabalhar, porque a bandidagem tomou conta de tudo. Não é possível tolerarmos o aumento do crime na nossa Capital a cada semana sem que nenhuma providência seja tomada. A questão da segurança é urgente para não chegarmos a um ponto incontrolável. Muitos dizem que Belo Horizonte está virando uma Colômbia, chegando à situação do Rio de Janeiro. Há alguns anos, nas manchetes dos jornais, lia-se que Belo Horizonte era a melhor cidade para se viver. Hoje é uma cidade insegura, porque os bandidos estão deitando e rolando. A partir das 21 horas, corremos risco se andarmos no Centro da cidade, no Barreiro, em Venda Nova.

Já estive nesta tribuna para solicitar medidas do Governador, do Chefe de Polícia, do Secretário de Defesa Social, Lúcio Urbano. Criaram delegacias que até hoje não foram de fato implantadas. Belo Horizonte está tomando um rumo perigoso e todos nós, parlamentares, somos cobrados. Estamos aguardando uma posição firme do Governo no combate à criminalidade.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Companheiro Célio Moreira, seu pronunciamento é bastante lúcido, coerente com a realidade que vivemos. Estamos no segundo mandato, acompanhando atentamente essa violência crescente, tentando, a todo custo, legislar naquilo que ainda nos compete, como legisladores estaduais. O que muitas vezes nos impede é o fato de, no que diz respeito à esfera penal, termos a competência dos legisladores federais.

Seu pronunciamento está correto, mas, infelizmente, o problema da segurança pública é muito mais complexo do que imaginamos. Ainda ontem assistimos ao Presidente Lula se pronunciar a respeito do assunto. Quando a autoridade maior do País fala que estamos perdendo a briga contra o crime organizado, contra a violência do dia-a-dia, é porque estamos perdendo.

Por diversas vezes, ocupei esta tribuna para dizer que o problema de segurança pública não é apenas de polícia. A polícia mineira ainda continua a ser a melhor do País, e quero deixar bem claro essa posição.

Durante 15 anos, servi à PM do Estado. Não há polícia que agüente o sucateamento de vários Governos consecutivos. Em 1988, quando servia no Batalhão ROTAM, foram lançadas 30 viaturas na Região Metropolitana. No entanto, há dois anos, lançaram apenas oito viaturas. Por quê? Porque estavam quebradas. Então, houve um sucateamento da segurança pública. A matéria é bastante complexa.

Fazendo um retrospecto, além do abandono que houve de todo o aparato de segurança pública do Estado, deve haver um comprometimento maior do Ministério Público, dos Juizes. Alguns às vezes se acham semideuses. Em países avançados, há uma maior integração do Ministério Público, da Polícia Federal e do Poder Judiciário. Essa responsabilidade é de todos.

O art. 144 da Carta Magna traz com muita sabedoria que segurança pública é um dever do Estado. Enquanto o cidadão e o Estado enxergarem que o Estado é apenas as Polícias Civil e Militar, estaremos falidos no processo de controle. Portanto, o Estado é o Judiciário, o Ministério Público, o setor prisional, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais; enfim, somos todos nós.

Deputado Célio Moreira, cumprimentamos V. Exa. pela lucidez de seu pronunciamento, que está mexendo em assunto que incomoda a todos nós, parlamentares, e a toda família que reside no Estado e no País. A discussão é muito mais ampla do que imaginamos, ao ponto de o Presidente da República ir à imprensa e dizer que estamos perdendo a guerra. Portanto, temos de estar unidos nessa luta, nessa cruzada contra o crime, para que realmente o bem possa prevalecer sobre o mal. Muito obrigado.

Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Concordo em parte com V. Exa. Acredito que a Casa, com os Deputados e as Deputadas, pode também contribuir no orçamento, ajudando às nossas Polícias Civil e Militar a ocuparem realmente o destaque de melhor polícia, que está perdendo.

V. Exa. mencionou a fala de nosso Presidente da República, autoridade máxima do País. Fiquei preocupado quando ele falou a respeito da justiça e do Juiz. Foi infeliz em sua fala, que foi vaga, e não vai surtir efeito. S. Exa. tem de mostrar onde está o problema. É o Juiz Lalau, é aquele que está vendendo "habeas-corpus"? Enfim, há problemas com Juizes. Qual é o problema? Não ficou bem para o Presidente simplesmente colocar toda a justiça dentro do mesmo balaio.

Espero, em outra oportunidade, estar aqui para fazer um comentário, um relato a respeito da fala de nosso Presidente da República, que está muito preocupado com a segurança do País. Sei que S. Exa. vai poder ajudar. Muito obrigado.

O Deputado Chico Simões* - Sr. Presidente, demais colegas da Mesa, Deputados e Deputadas, pessoas que nos acompanham pela TV Assembléia, estou aqui mais uma vez para defender, primeiro, o que é importante para todos nós, a democracia e o nosso Poder Legislativo. E também para defender a transparência, a harmonia e a paz.

Todos nós que aqui subimos colocamos para fora nossas ansiedades. Atravessamos um momento muito difícil, e essa dificuldade, queiramos ou não, é provocada pelos homens que detêm o poder político. Esse é o poder que determina a sociedade em que vivemos, e, logicamente, estamos nesse bojo.

Precisamos fazer uma reflexão: devemos ter transparência em todos os atos dos homens públicos, em todos os Poderes. Essa bandeira tem que ser de todos nós, seja no Executivo, seja no Judiciário, seja no Legislativo, seja no Ministério Público, independentemente de partido e ideologia.

Hoje o Governo do Estado coloca uma série de dificuldades para implementar as políticas fundamentais para o povo mineiro, na infra-estrutura, na saúde, na educação, na segurança e no funcionalismo público. Entretanto fui surpreendido por um decreto assinado pelo atual Governador: o Decreto nº 43.262, de 15/4/2003, com o qual, de forma inconstitucional, oculta e manhosa, privilegia uma categoria, pois dá aumento aos agentes fiscais estaduais, aumentando a GEPI.

Sr. Presidente e demais colegas, não podemos admitir que as coisas aconteçam ao arripio da lei. Sabemos que é necessário, urgentemente, dar dignidade aos funcionários, que, há anos, não recebem aumento, mas não podemos admitir que o Governador do Estado use um decreto para dar aumento a quem quiser, a uma categoria cuja forma de desempenhar seu papel lança uma série de questionamentos.

Estamos apresentando o seguinte projeto de resolução: (- Lê o Projeto de Resolução nº 650/2003, publicado na edição de 26/4/2003.)

Essa atitude do Governador desrespeita este Poder importante e tudo que nós, pessoas de bem, desejamos para o Estado. Exceções como essa, realizadas na calada da noite pelo ex-Governador Azeredo, causaram morte nessa praça. Concedeu-se aumento apenas à categoria de fiscais, que ganham por pontos. Não podemos aceitar esse estímulo para o aumento da arrecadação. O fiscal é um funcionário como qualquer

outro, tem de trabalhar do mesmo modo, por ser remunerado com o nosso dinheiro.

Temos de regulamentar a função de fiscal, para que possa trabalhar cumprindo o seu papel, não por meio de pontos, porque isso não assegura o aumento da arrecadação. Com o critério usado para essa gratificação, não concordamos. Para os Procuradores, isso acontece depois que recebem a ação. Para eles, não. Basta que notifiquem, por questionamento ou avaliação individual. Isso faz com que os fiscais corram atrás, custe o que custar, criando-se quase uma guerra para conseguir boa produtividade, não de arrecadação, mas de atuação, muitas vezes questionada na justiça pelo contribuinte.

Independentemente de partido, temos de tomar uma atitude, para que tenhamos um Governo com fiscalização correta e eficiente, sem que seja tocada dessa forma indecente, injusta, antidemocrática.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado Chico Simões, estou assistindo ao pronunciamento veemente de V. Exa. e, de certo modo, tento entendê-lo. Em um primeiro momento afirma que não entrará no mérito, apenas questionará o modo desse reajuste de gratificação, ou seja, desses pontos concedidos. Depois, entra no mérito. Talvez possamos realizar as duas discussões.

O seu primeiro questionamento está fragilizado pela própria fala de V. Exa., porque, quando leu proposta de projeto de resolução que apresentará, disse que o Decreto nº 43.268 altera outro decreto.

Sabemos que uma lei modifica outra e um decreto modifica outro. Se havia um decreto concedendo tal benefício, outro pode perfeitamente modificá-lo. Talvez a discussão deva recair sobre o que seja remuneração, gratificação e premiação. A discussão deve dar-se em outro nível, para saber se é correto fazer por meio de decreto ou não. Se havia um decreto, fui pego de surpresa. Não sabia que V. Exa. trataria desse assunto hoje, mas vou municiar-me e amanhã, provavelmente, trarei os dados objetivos e oficiais do Governo para esclarecer o público. É um pouco precipitado - já disse que é inconstitucional -, se a própria fala diz que está modificando outro decreto. Se havia um decreto, se houve um erro no passado, está sendo perpetuado, e temos de discutir essa questão.

Em segundo lugar, concordo com V. Exa. quando diz que esta Casa deve debruçar-se em uma discussão ampla sobre o papel dos Fiscais, de suas remunerações, de todo o processo. Estamos no Poder Legislativo com a competência e a obrigação de fiscalizar e de legislar, mas o timoneiro é o Governador, com suas exigências, dificuldades e necessidades. Sabemos que um dos itens para se fazer o ajuste fiscal em Minas Gerais foi escolhido pelo Governador, com o acréscimo de R\$1.000.000.000,00 na arrecadação. O que não quer dizer que seja apenas por meio de mais arrocho na fiscalização, mas também de outros investimentos propostos para o Estado; porém, um dos gargalos da arrecadação é a máquina arrecadadora. É lógico que esta precisa passar pelos ajustes necessários, a fim de tornar-se eficiente e eficaz. O papel do Fiscal é fiscalizar.

Vou tratar, pessoalmente, desse assunto nas esferas do Governo, porque estamos preocupados com a questão da arrecadação em Minas Gerais. Algumas coisas feitas no Governo anterior precisam ser desfeitas pelo novo Governo. Discordo de V. Exa. e afirmo, de cara, que é inconstitucional, uma vez que um decreto modifica outro. V. Exa., reiteradamente, tem dito que o Governador Aécio Neves, utilizando-se da lei delegada dada por esta Assembléia...

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Deputado Miguel Martini, a Presidência informa a V. Exa. que o tempo de seu aparte encerrou-se.

O Deputado Miguel Martini - Vejo a benevolência de quem estou apartando...

O Sr. Presidente - Deputado Chico Simões, a Presidência informa que seu tempo também se está esgotando.

O Deputado Chico Simões - A Presidência concede-me pelo menos 1 minuto, para que eu possa concluir?

O Deputado Miguel Martini - Quería concluir também.

O Deputado Chico Simões - Sr. Presidente, com quem está a palavra?

O Sr. Presidente - Deputado Miguel Martini, seu tempo esgotou.

O Deputado Miguel Martini - Está certo, Sr. Presidente. Ele poderia ter falado antes. Pronunciar-me-ei sobre o assunto em outra oportunidade.

O Deputado Chico Simões* - Agradeço seu aparte. Vivemos aprendendo. Primeiro, eu não estava aqui quando o decreto que hoje este revoga foi feito de maneira ilegal. Tenho alguma coisa para, pelo menos, comparar. Fato semelhante aconteceu aqui, no final do ano passado, quando se tentava uma gratificação para funcionários do SUS por meio de projeto de lei. As coisas devem ser tratadas de maneira igual. Não como aconteceu, ou seja, para quem trabalha na saúde, defendendo vidas, por intermédio de lei e para os que defendem bens materiais, por meio de decreto. Temos de valorizar a vida, investir na vida que Deus nos deu, e não apenas na matéria.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, queria, em primeiro lugar, parabenizar o Deputado Chico Simões, nosso Líder da Minoria na Assembléia Legislativa, pela análise que traz, buscando demonstrar a incoerência do Governo em sua política com relação ao funcionalismo público. Na seqüência, faço uma crítica, que julgo necessária, ao Governo Aécio Neves.

Tivemos, Deputado Rêmoló Aloise, ontem, uma reunião dos Deputados Estaduais do Bloco PT-PC do B, com a presença das direções executivas desses partidos, para fazermos a análise desses 100 primeiros dias do Governo Aécio Neves, de suas realizações em Minas Gerais, se assim podemos chamá-las, e das ações a que o Governo se propôs durante esses 100 dias. Foi uma reunião profícua, pois pudemos fazer o balanço e nos orientar sobre as cobranças ao Governo que, na condição de Oposição e maior bancada a nós conferida pelas urnas, teremos que fazer, para que essa fiscalização fique evidente.

Uma das questões tratadas foi a nossa surpresa e estranheza com as propagandas que vêm sendo veiculadas pelo Governo do Estado em rede estadual e nacional de TV, em todos os aparatos da mídia no Estado. Não vou reclamar do custo da propaganda, porque isso, entra Governo, sai Governo, sempre é alvo de reclamação da base oposicionista. Não quero firmar-me nesse ponto. Deixo isso para lá, a fim de que não digam que se trata de uma picuinha da Oposição em relação ao Governo Aécio. Prefiro fazer uma análise mais de conteúdo. E uma análise desse conteúdo nos leva a estranhar o tipo de propaganda que vem sendo veiculada.

Em 100 dias, o Governo Aécio Neves gaba-se de ser um Governo de cortes. A tesoura passou a ser sua marca. Diversas são as inserções na TV, em que o Governo, utilizando-se da tesoura, faz cortes e gaba-se, dizendo que essa é sua grande realização. Segundo ele, os cortes efetivados no orçamento público deste ano significariam probidade administrativa. Poderia ter alguma razão o Governador, se não fosse apenas isso que tivesse para demonstrar ao povo mineiro e se esses cortes não afetassem exatamente o Estado; e se, dentro dos cortes que afetam o Estado, não estivesse a saúde, a educação, a geração de emprego, a realização de reforma agrária, a segurança pública.

Não estou aqui dizendo que o Governador não deveria fazer cortes, mesmo porque o Governo Lula também os fez. Mas o Governo Aécio gaba-se de que o centro de seu Governo, aquilo que ele precisa dizer que fez nesses 100 dias foram os cortes. Os cortes são a essência de seu Governo, enquanto Lula, quando precisou efetuar cortes, disse que esses eram remédios amargos que precisavam ser ministrados, considerando a situação em que encontrou o País. Ganhou as eleições em meio a uma crise econômica, fruto do Governo anterior, de oito anos de implantação da política neoliberal. Porém, coloca medidas necessárias para ajustar a máquina e para que o Estado possa crescer e fortalecer-se com o objetivo de distribuir renda. O corte é a essência do Governo do Aécio. Enxugar o Estado é o âmago de seu Governo. Ele se vangloria disso. Fazer do Estado um Estado mínimo e deixar que a iniciativa privada atenda aos anseios, em vez do Estado, é a essência de seu Governo.

No Governo Aécio Neves, há o sentido neoliberal. Ele não se desvencilha disso; pelo contrário, fazer do Estado o Estado mínimo é o centro da sua propaganda. Os Bombeiros tiveram um corte de 28,6%. Não sei o que comemorar. Poderia, pelo menos, justificar-se, dizendo que, infelizmente, foi preciso o corte e que lamenta que a cidade de Ouro Preto foi incendiada. Nesse caso, eu diria: pobre Governador Aécio Neves, encontrou o Estado falido por quem o apoiou, Itamar Franco, e seu antecessor, Eduardo Azeredo, por isso precisa fazer cortes. Em vez disso, ele vai à televisão e diz: eu sou a tesoura, meu Governo é a tesoura, enxugo tudo, até gelo. É inexplicável como um governo gaba-se de fazer cortes. A tesoura é o centro de seu Governo.

O corte de 28,6% dos Bombeiros levou o Deputado Sargento Rodrigues a apresentar requerimento para saber quais as conseqüências.

Houve ainda 21% de corte na Polícia Militar. Foi à televisão e disse: "Cortei também na Polícia Militar. Sou danado, corto mesmo, enxugo tudo que for preciso!". Como se isso fosse uma benesse.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Já que V. Exa. está falando do Aécio "tesourinha", Aécio "guilhotina", Aécio "facão", em Ouro Preto houve um fato não registrado pela imprensa. Quando o helicóptero do Governador e do Presidente descia, 150 oficiais e praças da Polícia Militar estavam com faixa para protestar contra o sucateamento do Corpo de Bombeiros, tanto a organização dos oficiais como a ASPRA estiveram presentes no movimento. Dos dirigentes que lá estavam, quem se dignou cumprimentar os manifestantes e apoiá-los foi o Presidente Lula, porque o Governador Aécio nem isso fez. Poderíamos dizer que o Governador fez grande anúncio. Os cortes representarão, no caso do funcionalismo, durante todo o ano de 2003, R\$20.000.000,00 para um Estado que tem um déficit que ultrapassa R\$2.000.000.000,00, fruto do "desgoverno Eduardo Azeredo", que está sendo condenado na auditoria. A brincadeira da privatização do sistema bancário gerou prejuízo de R\$400.000.000,00 para o Estado. Talvez, se não tivesse gerado esse prejuízo, o déficit tivesse sido menor. O Governo dos cortes tem muito a comemorar nos 100 dias. Além dos cortes, poderíamos lembrar dos acidentes ecológicos, como em Cataguases, o maior que já existiu em Minas Gerais.

Realmente é uma obra significativa, que marca os 100 dias de Governo. Poderemos comemorar também, como grande obra, o incêndio ocorrido em Ouro Preto. O Governo está de fato mudando a cara do Estado. Além disso, constatamos o aumento da violência, que está chegando a níveis nunca vistos em Minas. Portanto, são três grandes obras, que se somam aos cortes do Governador "guilhotina". Mas essas verdades não são divulgadas pela imprensa, não são ditas. Muitos parlamentares que apóiam o Governo, ao fazerem pronunciamentos, não destacam tais questões.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Durval Ângelo. Acrescento que o Governador Aécio "mãos de tesoura" também cortou 63,5% do orçamento do IDENE, criado pelo próprio Governador. A Deputada Elbe Brandão deixou sua cadeira na Assembléia, com toda a boa-vontade, para dirigir esse órgão, defender o Norte, o Noroeste e o Nordeste mineiros. Repito que me considero um Deputado dessa região, porque ali tive quase 10 mil votos. Fiquei muito contente com a criação do IDENE. No entanto, a Deputada Elbe Brandão também teve uma surpresa com o corte.

Conforme combinado com o Secretário Nilmário Miranda e com os Deputados Mauri Torres, Laudelino Augusto e André Quintão, convidamos os demais Deputados para o lançamento da Frente em Defesa da Criança e do Adolescente, no vale do Jequitinhonha, ocasião em que o Governo Federal anunciará várias medidas relacionadas não só com o programa Fome Zero, mas também com outras surpresas agradáveis para a região. Espero que "Mãos-de-Tesoura" também compareça, não para fazer cortes, mas para anunciar ganhos para o vale do Jequitinhonha.

Além do IDENE, houve 71,2% no orçamento do ITER. O Secretário Marcelo Gonçalves não pode reclamar desse corte na Secretaria de Reforma Agrária. Na presença do MST, que fez recentemente aquela marcha em Belo Horizonte, ao ser indagado sobre as conseqüências do corte para a recém-criada Secretaria e para a reforma agrária, disse que tem enfrentado constrangimentos. Por exemplo, para conseguir comprar lona preta para os assentamentos, tem de pedir ao Secretário de Obras que faça a compra, porque não existem recursos devido ao corte de 71,2%.

Na Secretaria da Educação, o corte foi de 31,4%. O plano de carreira ficou somente na promessa. Deputado Mauri Torres, precisamos fazer uma reunião com o Secretário de Governo, que esteve nesta Casa e nos prometeu que na primeira semana de Governo Aécio Neves traria com o Sind-UTE diretrizes, a fim de que o plano dos professores fosse discutido logo no início do Governo. A Secretária da Educação, apesar de toda a boa-vontade, nem sequer foi capaz de fazer levantamento de estudos sobre a questão. Não há verbas para montar uma comissão. Não há a menor intenção do Governo de elaborar planos de carreira.

Até entenderia o Governo dizer que tem dificuldades econômicas. Isso é fácil de compreender. O Governo Federal também diz que possui dificuldades financeiras e que precisa honrar seus compromissos, mas, como um problema a ser resolvido, e não como uma solução. Essa diferença é crucial. É impressionante como esse pensamento neoliberal domina. A essência passa a ser o corte dos gastos públicos. E, então, começa a se vangloriar: "sou um Governo que corto e por isso sou bom". Ora, deveria ser exatamente o contrário. Como sair desse problema econômico em que o Estado se encontra e dar-lhe condição para maiores aplicações na área social? Esse é o grande dilema enfrentado pelo Brasil. Infelizmente, parece que o dilema do Governador é outro, e ele resolveu fazer seu marketing político em cima de cortes, seja com facões, tesoura, guilhotina e outros elementos de enxugamento de despesas. Daqui a pouco tempo, passará a enxugar gelo, porque as despesas sociais foram totalmente cortadas. Esse debate deve continuar nesta Casa. Nosso parlamento não pode simplesmente assistir aos cortes, dos quais a população começa a reclamar. Isso trará reflexos.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - O Governador tenta ajustar e acertar o Estado. O pior corte que vejo ultimamente é o do Governo do PT, tirando o dinheirinho minguado que vinha para Minas. O Governo tenta acertar as contas, e chega o PT! A população precisa entender que o discurso não pode ser feito dessa maneira. Apresentamos requerimento solicitando ao Presidente da República que efetue o estorno desse crédito. Então, o Governo corta verbas do Estado e pressionam o Governador Aécio Neves. Cortam daqui! Cortam dali! E o Lula corta o dinheiro de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Sr. Presidente, na condição de Vice-Líder do Governo Aécio Neves, queria dizer da admiração que tenho

pelo trabalho do Deputado Rogério Correia, que é lutador bravo pelas causas justas do Estado de Minas Gerais. Mas, a mesma condição de Vice-Líder de Deputado Rogério Correia tinha no início do Governo Itamar Franco, e fez parte da sua eleição. Hoje, estamos assistindo a muitas mazelas neste Estado, sobretudo com relação às finanças públicas, fruto de uma paralisia no Governo passado, em que recursos do Estado deixaram de ser produzidos, investimentos foram perdidos, recursos do Governo Federal e recursos internacionais deixaram de vir para cá. Essa discussão, até pejorativa, contribui muito pouco para a solução do problema que temos em Minas. Acredito neste início de Governo Aécio Neves, como no Governo Lula, em que se busca resolver problemas estruturais, sobretudo na área da produção. Vemos, nesta Casa, pouca preocupação com o produzir. Muitos gostam de gastar, e gastar é bom, conceder aumentos, verbas para as bases, eu também gosto de fazer isso e é o que dá votos, mas o problema é que, se não ajudarmos o Estado a ganhar, não teremos como gastar. Chamo a atenção para isso porque, neste início, o Governo Aécio Neves parte para uma ofensiva com a qual, há muito tempo, estamos engasgados, sobretudo com relação ao comportamento do Governo passado, que é exatamente a perda de investimentos. Assistimos, na minha região do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, à evasão de indústrias e empresas para Goiás, Bahia, São Paulo. São produções, empregos e arrecadação que deixam de existir para os cofres do Estado. Vejo, neste início do Governo Aécio Neves, uma postura firme, e não falo com a paixão da política, mas como cidadão. O Governador afirma que não quer guerra fiscal, como o ex-Governador Itamar Franco, mas que não vamos perder nenhum investimento neste Estado; o Governo está entrando na guerra fiscal, o que nós aprovamos. Senão, vamos ficar sem o nosso investimento. Entender que precisamos de investimentos internos e externos é absolutamente importante. Quando se faz a crítica, há de se reconhecer o lado positivo da questão deste início de Governo; precisamos aumentar a produção agropecuária, industrial, de serviços, de turismo. Esta Casa deveria estar discutindo um pouco mais nesta direção. Discutem-se detalhes menos importantes da vida do povo mineiro, enquanto deveríamos fazer uma discussão de nível mais elevado, até mesmo para ajudar o próprio Governo. Itamar Franco deixou um ensinamento muito importante. Ele disse: "Eu preciso da Oposição. A Oposição me ajuda a governar, ela é importante. Mas precisamos elevar um pouco o nível da discussão sobre como o Estado sairá dessa questão financeira gravíssima, pois se não ajudarmos o próprio Executivo a encontrar o seu caminho, não vamos conseguir que o Estado seja produtivo. Os cortes neste início de Governo foram necessários para que o Estado encontre a normalidade financeira. Devemos partir para uma discussão que possa contribuir para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, integrado com o Governo Federal. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna surpreendido com as declarações do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Surpreso por quê? Não votei nele. Ainda o considero incapacitado para governar o País. Mas, como cidadão simples, sem estudo e sem cultura, sofre mais as mazelas da nossa sociedade. A sua declaração me surpreendeu porque reflete o que acontece no Judiciário. O que quis dizer quando se referiu à caixa preta do Judiciário? Será que se referiu ao Sr. Wenderson de Souza Lima, Juiz de Ribeirão das Neves, cujo irmão traficante teve pena reduzida, cumpriu-a sob sua tutela e foi empregado de Fundação Pró-Saúde, naquele município, que curiosamente era dirigida pela esposa do ex-Deputado Eduardo Brandão?

Quando fala da caixa-preta do Judiciário, refere-se aos peritos em (...) nenhuma, especialistas em coisa alguma. Nomeiam perito em Medicina que não possui, às vezes, curso primário. Peritos de Engenharia, disso ou daquilo, que não são formados em coisa alguma, mas oficialmente são peritos, que periciam ou vendem a perícia, como o Juiz bem entende.

Será que falava da caixa-preta dos escrivães, que ficam 20, 30 anos num fórum, selecionando qual sentença vem para cima, qual vai para baixo, qual será vendida, aumentando o preço para a do traficante, que é mais cara, pela facilidade em conseguir dinheiro: essa é do filho do rico; das varas de falências, dos síndicos de falência, que administrarão coisas de pessoas sofridas pela vida, pela "sacanagem" da sociedade, quando colocam os impostos em cima da empresa para quebrá-la. Isso é feito invariavelmente pelas Secretarias das Fazendas, não só de Minas Gerais, mas de outros Estados, que recebem dinheiro do achaque, quando multam essas empresas, levam-nas à justiça e fazem com que elas quebrem.

Falava da caixa-preta das firmas de construção, que são de parentes de Desembargadores, Juízes e tudo mais? Porque o Judiciário constrói tanto quanto a Secretaria de Obras Públicas do Estado, pois realiza todas as suas obras. Falava das firmas de conservação, de parentes de Juízes, Desembargadores, amigos e tudo mais.

Será que falava da caixa-preta dos Procuradores e Juízes, que recebem propinas dos bingos e cassinos institucionalizados neste País?

Será que é da caixa-preta dos depósitos judiciais, que não têm fim, feitos num caixa único, como no caso do BEMGE? Por que o BEMGE, que foi vendido, não pode desaparecer? O BEMGE tem agências que permanecem firmes, mais sólidas que rocha. Por quê? Será que alguma coisa ficou pendente ou é a caixinha-preta dos depósitos judiciais que não podem e não têm como ser transferidos? Será que é sobre essa caixa-preta que o Presidente Lula falava? Será que o Lula se referia à caixa-preta dos escritórios de advocacia? Será que se referia à caixa-preta de filhos de Juízes, Desembargadores, genros, amantes, "amigos"? Será que falava da caixa-preta daqueles conluíus que se formavam com Promotores, Juízes e muitos fóruns para sacrificar cidadão de bem, vender facilidades a bandidos, como o caso a que assistimos em Ribeirão das Neves?

Essa cidade transferiu um dos Promotores, chamado Barbabella - parece nome de travesti - para Pirapora, terra do Deputado Wanderley Ávila. Agora dão outra promoção para ele, a fim de tirar o bandido de Pirapora. Deram promoção para esse bandido, que formava quadrilha com outro Promotor em Ribeirão das Neves, Rodrigo Fonte Boa, juntamente com o Juiz Wenderson de Souza Lima. Era uma verdadeira quadrilha, com alguns maus policiais militares e Delegados daquela cidade.

Será que o Presidente se referia ontem a esse Judiciário, protetor desse conluio, desses que vendem sentenças em todos os níveis num fórum pequeno, no Tribunal de Justiça, no Tribunal de Alçada, no Superior Tribunal de Justiça, no Supremo e tudo mais? Será que falava dessa caixa-preta? Será que é do aumento da criminalidade que vemos devido à impunidade?

Hoje, em qualquer lugar, dependendo do advogado que se coloque numa causa, esse pode ganhar a sentença ou enterrar o cliente para sempre, porque tudo é negociado. Eu, Deputado Irani Barbosa, ao falar sobre a corrupção do Judiciário, fui tachado de louco e irresponsável, porque disse a verdade do que existe. Como chamaríamos o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao falar que nosso Judiciário persegue o menos favorecido e que a justiça neste País é para ricos? Ricos são os que têm dinheiro para dar. Quando diz que o Judiciário é caixa-preta?

Vemos Ministros, Desembargadores, Presidentes de tribunais pulando para cima, porque não querem a fiscalização do Judiciário. Por que não pode ser fiscalizado, se é tão limpo e honrado? Algo assim pode ser fiscalizado, pois está tudo em perfeita ordem. Por que não podemos ter o controle externo do Judiciário? O que garante honradez a um homem que veste toga? Concurso público? Concurso público, meus senhores, garante emprego, não garante honradez, honestidade, integridade a ninguém, muito menos num Judiciário como o do nosso País.

Sr. Presidente, tachou-se o Irani Barbosa de louco e irresponsável. Qual nome daremos ao nosso Presidente, por dizer a verdade e ter a coragem de vir a público dizer que o Judiciário tem caixa-preta e ninguém quer mexer nele por ter braço podre e corrupto? Os homens que são - e se dizem - honrados dentro do Ministério Público e do Judiciário não deixam mexer.

Se existe uma banda podre, a banda boa existente no setor não está funcionando bem, não está correspondendo aos salários recebidos, que são maiores que os nossos. Outro dia mostrei o contracheque de um Promotor, de R\$28.000,00. Não vi jornal nenhum noticiando essa matéria. Por quê? Será que a nossa imprensa está tão comprometida a ponto de não poder publicar o contracheque de um Promotor?

Nós, Deputados, somos 77. Promotores neste Estado, são 1.800, contando os inativos. Será que essa é a caixa-preta, e quando um Deputado como Irani Barbosa fala sobre isso é tachado de louco, de irresponsável?

Muito obrigado, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua incapacidade, sua falta de estrutura e de estudos e sua coragem de falar o que o povo brasileiro pensa.

O nosso Judiciário tem uma parte boa, mas omissa, porque a parte podre está mandando muito mais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Uso esse tempo porque, na semana passada, se não me engano, convidei o Deputado Rogério Correia para estar no Plenário quando do meu pronunciamento em resposta a sua fala, e ele não pôde estar presente. Na oportunidade, falamos também dos 100 dias de governo do Aécio Neves.

Hoje, o Deputado Rogério Correia, Líder do PT, usa a tribuna para fazer veladas críticas ao nosso Governador, que, corajosamente, toma as medidas necessárias para atender, inclusive, a demanda do Governo Federal.

O Governo Federal exige que Minas Gerais cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal, e resiste em dar o aval para os US\$70.000.000,00 do BIRD para financiar o PAPP 2, que vai atender regiões carentes e inclusive faria parte desse Programa Fome Zero, alegando que Minas tem que fazer o ajuste fiscal. O Ministro Antônio Palocci retém R\$36.000.000,00 do Governo do Estado, dizendo que Minas não está fazendo o ajuste fiscal.

O nobre Deputado, Líder da Minoria, Chico Simões vem à tribuna dizer que o Governador não pode dar aumento de gratificação porque está ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque Minas tem que fazer o ajuste fiscal primeiro.

O Líder do Partido dos Trabalhadores, partido do Governo Federal, diz que o que o Governador Aécio Neves está fazendo é um absurdo, porque está tendo coragem de fazer o ajuste fiscal de Minas Gerais.

Está difícil conciliar discurso e prática. O Deputado Rogério Correia diz que a política do Governador Aécio Neves é neoliberal, mas quem é elogiado pelo FMI é o Sr. Antônio Palocci, o Sr. Lula, o Governo Federal. Quem é neoliberal neste País hoje? Talvez estejamos falando de um outro conceito surgido aqui. É neoliberal o que o PT considera como tal. Não é neoliberal o que o PT pratica. Só é neoliberal o que o PT define como neoliberal. Nem Fernando Henrique Cardoso, que chamei aqui de imperador por muitas vezes, fez o ajuste fiscal que o Sr. Palocci está fazendo - 4,25% do PIB. O máximo a que Fernando Henrique chegou foi 3,08%. Quem é o governante que está cortando mais? É Minas Gerais para sobreviver ou o Sr. Antônio Palocci para agradar o FMI? Quem tem coerência? Diz que irá continuar no ano que vem, no seguinte e no outro ano. Mas, servidores públicos, fiquem tranquilos, porque a reforma da Previdência vai atendê-los. Inclusive, o reajuste para os servidores públicos parece estar previsto para 1%.

Não vou entrar nos detalhes dos gracejos e das brincadeiras feitas aqui, usando-se os termos "tesourinha" e "guilhotina", porque quem tem que manter a ordem e o decoro do Parlamento é quem está presidindo essa reunião. Mas acho que podemos fazer um debate sério, com análises realistas e concretas, não apenas demagógicas. Precisamos enfrentar a realidade que o Estado está vivendo ou não vamos, na condição de parlamentares e representantes do povo, contribuir para melhorar esse estado de coisas.

Já dissemos a que Governo desastroso Aécio Neves teve que suceder. Para que este Governo se viabilize, para que se recupere a credibilidade nacional e internacional e o respeito por Minas Gerais não há outro caminho senão fazer o que a lógica contábil, econômica, política, etc. determina. Se estou gastando mais do que arrecado, tenho que fazer duas coisas: gastar menos e arrecadar mais. O Governo está corajosamente fazendo isso, investindo intensamente nas áreas fundamentais, pois não há mágica nesse setor.

Aí não há corte. Não são corretos os dados do Líder do PT. A previsão para a área de segurança pública é de R\$40.000.000,00 de incremento com contrapartida do Estado, mesmo o Governo Federal estando determinado a reter R\$36.000.000,00 - e R\$24.000.000,00 já estão retidos; mesmo tendo sido encontrados restos a pagar de R\$840.000.000,00, R\$2.300.000.000,00 de déficit, com política recessiva e crescimento mínimo.

Qual é a mágica? Tenho certeza de que o Governador aceitaria, de bom grado, outra sugestão. Ao invés de cortar, preferiria dizer: "Investirei R\$150.000.000,00 em segurança pública, R\$300.000.000,00 na área de saúde ou R\$400.000.000,00 em infra-estrutura básica".

Com o dinheiro da CIDE, destinado às estradas, o Governo Federal quer ficar, para fazer superávit primário. Como vamos fechar essa conta? Para fazer superávit primário e atender ao FMI reservam-se 4,25% do PIB. Então, tem que reter o recurso destinado à construção e reforma das estradas. A maior malha viária do País está em Minas Gerais. Como fazemos? Aí, vem o Ministro Anderson Adauto e joga um pouco de pedra aqui, tapa um buraco ali. E resolve-se o problema!

Como se governa um Estado como esse? Como um governante tem a coragem de colocar o dedo na ferida, mostrar à sociedade os problemas, apontar o caminho e dizer onde espera chegar? S. Exa. tem sido tratada até de maneira jocosa. De "tesourinha", de "guilhotina". Qual nome vamos dar ao Governo Lula, que corta 4,25%? À custa de um altíssimo preço, do desenvolvimento econômico do País, porque cortar 4,25% reduz a margem de crescimento do País.

Hoje, o Secretário do Tesouro americano, que já falou um tanto de besteiras contra o Lula e o Brasil, veio aqui e deu entrevista dizendo que não se pode reduzir o superávit primário de 4,25%, sob pena de comprometer a credibilidade internacional do Brasil. E Antônio Palocci diz que vamos manter os 4,25%. Isso vai sacrificar o crescimento do País, mas o Governo diz que é preciso recuperar a credibilidade internacional.

É necessário ressaltar que os dados macroeconômicos do País são extraordinários, mas não em razão de medidas tomadas por essa equipe econômica. Até mesmo porque o PSDB continuou no Banco Central, porque o seu Presidente, um banqueiro, continua sendo do PSDB, ou melhor, teve que se desfiliar porque o exercício do cargo o exigia. Elegeu-se Deputado Federal pelo PSDB. Era banqueiro.

A política de juros altos continua. O dólar tem caído, mais em razão de um contexto mundial: a Guerra do Iraque. Agora, tudo está ajudando: o dólar está despencando, a guerra já não assusta mais ninguém e o preço do petróleo está caindo. Os dados são extraordinários.

Veremos, hoje, qual a decisão do COPOM. Está-se esperando que tire o viés de alta e há quem espere que corte até 0,25. Está na hora de o Governo começar a sinalizar que vamos pensar no Brasil.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte) - Deputado Miguel Martini, estou acompanhando a fala de V. Exa., cujo objetivo, certamente, é dar

contribuição para o povo e o parlamento de Minas, a fim de modificar a expectativa do desenvolvimento de nosso Estado e do País. Entretanto, fiquei preocupado quando ouvi V. Exa. comentar sobre o Governo de nosso querido Itamar Franco, atribuindo-lhe o adjetivo de desastroso para o Estado.

Gostaria de compartilhar com V. Exa. um pensamento, já que sei de sua seriedade e preocupação em analisar o momento conjuntural vivido por nosso Estado e nosso País. O nosso partido, o PDT, que tem, como pilar de sua ação, a democracia e o trabalho, defendeu as candidaturas de Aécio Neves para o Governo de Minas e, no segundo turno, de Lula para a Presidência.

A minha impressão, analisando os cento e poucos dias dos novos Governos Estadual e Federal, é a de que estamos a viver um tempo novo no País. V. Exa. pode ver discrepâncias políticas na condução de nosso Ministro, médico, Antônio Palocci, mas há de concluir que há realmente uma seriedade muito grande e uma visão diferente da abordagem do financiamento para o desenvolvimento do Brasil.

Tenho a absoluta certeza de que, hoje, o sentimento que nos une é o de que nosso País possa, a cada dia, estar mais independente da presença do FMI. Não apenas o Ministro Palocci, mas também o Ministro Guido Mantega, tem feito um trabalho excepcional e prioritário, para fortalecer a comunidade da América Latina. Nesse ponto, está, em nível internacional, a grande modificação de nossa visão política, que já não segue o modelo de Bredwoods, mas sim, o da latinidade. Nesse sentido, há o interesse do Brasil de não ser apenas um país membro do sistema de financiamento do Caribe e da Venezuela e do sistema platino, mas de participar como membro efetivo.

Se realmente vingar essa estratégia de se unir às economias latino-americanas, a partir do pensamento da CEPAL, da idéia "cepalina" de termos, na América Latina, um instrumento eficiente de financiamento público, tenho a certeza de que o Brasil poderá caminhar sua política de financiamento internacional sem depender fundamentalmente do FMI. Esse é um ponto da maior importância: tirar o eixo dessa ligação umbilical que temos tido, historicamente, com o FMI e compartilhá-lo com os outros países da América Latina.

O segundo detalhe, que julgo muito importante e que, certamente, V. Exa. abordará, é a dificuldade conjuntural de Minas Gerais - ressaltada por nosso Governador, em seu pronunciamento do dia 21 de abril, em Ouro Preto - de construir a República.

Nós temos a obrigação cívica de resgatar um nova ótica do modelo federativo, e o parlamento mineiro poderia colaborar nesse sentido. Infelizmente, a União, muito particularmente nos últimos oito anos, no Governo Fernando Henrique, utilizou-se de artimanha tremendamente danosa aos municípios e ao Estado, ao não compartilhar o bolo tributário. V. Exa. sabe que, quando os constituintes definiram a divisão das receitas em nossa Constituição, o Estado, em 1988, recebeu, de transferência do Governo Federal, 32,5%. No último ano do Governo Itamar Franco, esse índice ficou aquém de 23%. Em um lapso de 15 anos, em termos reais, o Estado perdeu quase 1/3 do seu direito de transferência de verbas federais.

Há um grande espaço para que o nosso Governador Aécio Neves, com o prestígio de ter sido o Presidente da Câmara dos Deputados, lidere um movimento nacional. O Presidente Lula, homem do povo e sensível aos movimentos populares, poderia promover o reordenamento desse ente federativo. Nós, Deputados, infelizmente, temos uma parcela de culpa, porque, quando vimos ao parlamento representar os nossos eleitores, dois pólos são muito fortes em nossa atuação: o município, já que o Deputado traz consigo uma visão municipalista forte, e o sentimento nacional. Para que os parlamentos estaduais possam discutir e valorizar esse tema, é necessária uma representação do Estado. Todos os Estados sofrem muito com a dificuldade de não poder ter uma representação federativa, em especial Minas Gerais, por ter essa economia pujante.

Alinhei a questão conjuntural relativa às contribuições em substituição aos impostos, a questão do modelo federativo e a questão dos "royalties". Alguns Estados que usufruem o "royalty" do petróleo, como o Rio de Janeiro, têm tido superávit orçamentário muito importante. Minas Gerais, com a safra do minério, que só ocorre uma vez, não tem recebido o mesmo tratamento. Essas três preocupações podem encontrar uma explicação conjuntural. É muito fácil dizer que o País não está bem porque o Presidente Lula está seguindo um modelo neoliberal e que o Governador Aécio Neves está encontrando dificuldades porque o ex-Governador Itamar Franco governou desastrosamente. Na verdade, é preciso ter muita criatividade. Os homens que estão chefiando a Nação e o nosso Estado merecem a nossa confiança. Acredito que o parlamento poderá contribuir para que disponham de ferramentas mais eficazes, a fim de melhorarem a qualidade de vida dos mineiros. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Sebastião Helvécio, não entrarei em um debate nacional, senão, fugirei ao tema por mim proposto ao subir a esta tribuna, mas teremos oportunidade para debater sobre isso. V. Exa. equivoca-se em um ponto. Disse e reafirmo: a política que o Governo Federal está imprimindo, neste momento, é necessária. Porém, discordo de V. Exa., e digo que a política do Governador Aécio Neves é ultranecessária, indispensável, fundamental. Se faço críticas aqui, a crítica que tem de ser feita anteriormente, em Brasília, deve ser mais intensa, porque os cortes do Governo Federal são muito mais profundos. Os daqui visam atender ao Governo Federal, enquanto os de lá visam atender ao capital internacional. Não discordo da forma como está sendo conduzida a política. Tenho dito que o discurso está errado, não a prática. Meu partido, o PSB, sustenta o Governo Lula no Congresso Nacional. As críticas feitas aqui não são procedentes. Quem as considera assim terá de aceitar as críticas feitas ao Governo Federal como infinitamente maiores. É mais radical o que está sendo feito no Governo Federal.

Do mesmo modo acontece com o Fome Zero, como vemos na televisão. O povo está cobrando. É culpa do Governo Federal? O Ministro disse que pensava que as coisas estivessem prontas. Descobriu que não estão. Demanda-se um tempo para que as medidas dêem resultado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Agradeço-lhe o aparte. Assisti ao pronunciamento do ilustre colega Rogério Correia, que teve o respaldo do colega Durval Ângelo. Entendo que esta é a Casa do debate, do discurso, do ponto e contraponto, das discordâncias, mas é necessário preservar a verdade. A verdade é o que escutamos, vemos e vivemos. Concordo com o Deputado Sebastião Helvécio, quando falou sobre o Presidente da República. O Brasil vive um momento de respaldo, confiança. Vemos a somatória de partidos políticos apoiando o Presidente Lula, entre eles o PDT, meu partido. Aplaudimos ao ver os índices econômicos, o risco-país caindo, o dólar chegando ao patamar da verdade, a inflação diminuindo a cada dia. Observamos e aplaudimos quando o Congresso se une, esforçando-se para dar governabilidade ao País. Já passou a época do quanto pior melhor. Não podemos reviver isso. A população espera ter um grande Governo. Entendemos as dificuldades do Governo Federal.

Na semana passada, fiz críticas quanto aos cortes feitos na área da saúde. O Governo Federal incentiva a criação de serviços especializados, mas, ao mesmo tempo, faz valer um decreto do Ministro da Saúde, proibindo repasses e novos credenciamentos. Entendemos isso. Porém, precisamos considerar que, em Minas, a situação não é muito diferente. Não entendo quando vejo o Governador Aécio Neves demonstrar toda a seriedade, competência e experiência política, acumulada ao longo de anos, principalmente na Presidência da Câmara, onde é considerado um dos grandes Presidentes, fazendo grande esforço, ser tratado dessa forma. Essa atitude não é própria do Deputado Rogério Correia. Conheço-o bem. Convivo com ele há quatro anos. De maneira firme, defende as posições de seu partido. Porém, a forma com que tratou essa questão não é própria dele nem do Deputado Durval Ângelo.

Quero que o Governo Lula acerte. Torço para isso, faço votos e contribuirei para que Aécio Neves traga a governabilidade ao Estado. Estamos vivendo problemas sérios em Minas, e só não enxerga quem não quer. Estamos vivendo um momento em que há um clamor por seriedade muito grande, um clamor por ajuda mútua. Precisamos discordar do Governo. Discordo dele, de público, e os companheiros e companheiras do

PT devem também discordar, quando se retêm 36 milhões de um Governo que está fazendo o possível para acertar as contas. Precisamos acertar, do contrário não teremos o financiamento externo para asfaltar as vias de acesso de 215 municípios, para que a nossa região tenha acesso ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural de R\$300.000.000,00. Precisamos acertar as contas para que o Norte de Minas e o Jequitinhonha tenham acesso aos recursos do PRODETUR, de U\$86.000.000,00. Se não acertarmos, o Governo Federal não dará o aval necessário para que possamos tomar os recursos internacionais, tão importantes para a recuperação do nosso País.

Deputado Miguel Martini, R\$36.000.000,00 é muito dinheiro. São recursos necessários, por exemplo, para perfurar 360 poços artesianos, e enfrentarmos, em breve, mais um período de seca. São recursos necessários para construir cinco mil residências populares. Precisamos desses recursos.

Aqui é a Casa do diálogo, mas entendemos que precisamos apoiar o Presidente Lula e reconhecer o esforço sobre-humano do Governador Aécio Neves em acertar as contas do Estado, para que volte ao caminho do progresso. Minas já esteve afastada, durante quatro anos, dos recursos federais e internacionais. Aquela balela de elevar a voz de Minas Gerais foi só para, como se diz na gíria, inglês ver. Foi só para fazer tempestade em copo d'água, o que atrasou por quatro anos os destinos do nosso Estado.

Espero que o parlamento mineiro contribua para que Minas Gerais venha a trilhar o caminho do progresso. Obrigado.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte) - V. Exa. está sendo muito feliz em suas colocações. Temos pontos em comum não só por estarmos no mesmo partido, mas também porque, na legislatura passada, estávamos do mesmo lado, éramos oposição ao Governo Itamar Franco.

Muitas vezes fazíamos críticas de alto nível e não éramos entendidos. Pude presidir a Comissão de Fiscalização, nos últimos dois anos do Governo, e sempre chamava a atenção, até mesmo na própria Comissão, quando havia visita dos representantes da Fazenda e do Planejamento, para o resultado fiscal de cada quadrimestre. O Estado estava sempre inadimplente, não cumprindo as metas fiscais definidas não só na LDO, mas na Lei Orçamentária e na LRF.

Concordo que existe um aspecto conjuntural que prejudicou o Estado. Mas existe um problema nisso tudo: o que prejudicou Minas prejudicou outros Estados também.

Pegamos uma publicação do "Estado de São Paulo", do dia 21/4/2003, sob o título "As contas que não fecham". Traz, em um dos itens relacionados e abrangendo todos os Estados da Federação, a relação entre as despesas com pessoal e a receita corrente líquida, dizendo que o gasto não pode superar 49% da receita. Minas Gerais aparece com um índice de 61,67%, é o número um, o pior índice, seguido pela Paraíba, que é de 50,73%.

Três Estados beiram os 49%. São eles: Santa Catarina, Piauí e Rio Grande do Norte, com 49%, 44% e 49,2%, respectivamente. Cinco Estados, das 27 unidades da Federação, não cumpriram, estando Minas em primeiro lugar. Não é apenas um aspecto conjuntural.

Disputávamos com o Rio de Janeiro, há alguns anos, em termos econômicos, o segundo lugar. Hoje, estamos caminhando para o quinto, ou quem sabe, sexto lugar. Isso também não é conjuntural. Os fatores que nos afetaram, também afetaram outros Estados.

O Deputado Miguel Martini - Ocupávamos o primeiro lugar na educação e, hoje, estamos em quarto.

O Deputado Mauro Lobo - Mas gastávamos em torno de 45% e passamos a gastar 35% no último ano do Governo passado. São dados irrefutáveis. Basta analisar as contas do Estado.

O Governador Aécio Neves teve visão de estadista. A oposição criticava as leis delegadas, que permitiam que ele propusesse dezenas delas de modo a agilizar o processo de reforma administrativa no Estado. Demonstrou, já nos primeiros dias de Governo, o acerto dessa medida.

Hoje, Minas está tendo rumo, pode buscar recursos lá fora e estimular investimentos no Estado. Minas busca saída para o problema da segurança pública e procura, por meio do fortalecimento das Secretarias, dar demonstração de unidade no Governo. Hoje, o Governo tem planejamento e rumo, ao que não assistimos nos últimos quatro anos. Minas ainda terá momentos de dificuldade, mas acreditamos que, no final deste Governo, não apresentará os números do Governo que se findou.

Esperamos que Minas venha disputar a vanguarda e não ficar cada vez mais na retaguarda do crescimento, do desenvolvimento. Isso não faz parte da história de Minas e jamais poderíamos aceitar. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado Mauro Lobo, que, assim como os Deputados Carlos Pimenta e Sebastião Helvécio, enriqueceu o pronunciamento a que nos propusemos fazer.

Minas Gerais foi desrespeitada por muito tempo. Durante 4 anos, deixou de participar das decisões tomadas no Governo Federal, até mesmo em nível técnico. Agora, reocupa seu espaço no cenário nacional.

O que o Governador Aécio Neves está fazendo não é outra coisa senão, corajosamente, enfrentar os problemas. Não é verdade que cortou nas áreas fundamentais. Pelo contrário, a entrega da bolsa de medicamentos, que estava interrompida, está sendo retomada: cerca de 30 milhões ao ano em medicamentos que não se produziam devido à desordem existente na FUNED. A entrega começará com 38 itens de medicamentos e aumentará até 64.

A merenda e o transporte escolares foram regularizados. O transporte está sendo até melhorado. A educação está passando por reformulação.

É preciso recuperar o primeiro lugar no cenário nacional. Temos condições para isso. A oposição não tem de ocupar a tribuna para elogiar o Governador Aécio Neves, porque o seu papel é exatamente o de criticar. Esperamos que o cumpra, o que nos ajudará sobremaneira. No entanto, ainda percebemos que os dados são inconsistentes. O Deputado Rogério Correia diz que houve corte nos recursos do IDENE. Mas está muito clara a opção feita pelo Governador. A agência de desenvolvimento foi criada pelo Governo Federal. O Governador, quando ocupou o cargo de Presidente da República, acrescentou a criação da Secretaria, com o objetivo de cuidar exclusivamente daquela região. Isso é dar prioridade.

O Deputado Célio Moreira referiu-se à segurança pública. Há poucos dias o Governador fez o plano emergencial. Então é viver no imaginário supor que após 10 ou 15 dias todos os problemas tenham sido resolvidos pela polícia. É bastante surrealista, porque existe um tempo de maturação. Mas já existem medidas. Pela competência dos Deputados Sargento Rodrigues e Rogério Correia, na Comissão de Segurança Pública, algumas questões estão sendo resolvidas, como a situação da Penitenciária Nelson Hungria. O mesmo acontece com o Governo

Federal. Acreditamos que o programa Fome Zero sairá do papel, gerando grandes benefícios. Os resultados não são conseguidos da noite para o dia, porque muitas ações deverão ser empreendidas.

Portanto, em primeiro lugar, discordamos da forma como a discussão é feita. Podemos fazer um debate, mantendo cordialidade, seriedade e alto nível. Em segundo lugar, é preciso que os discursos tenham mais dados, mais fundamento. Não podemos fazer análise linear, sabendo que existem outras consequências interferindo no processo. Terceiro, os Governos Federal e de Minas iniciaram juntos. As maiores críticas sofridas pelo Presidente Lula são feitas pelo próprio PT, que tem dificuldade para entender as medidas que devem ser tomadas.

Por que o dólar está baixando? Por que o risco Brasil caiu? A classificação, agora, é B2, ou seja, existe segurança média para os investimentos. Estava pior, porque havia a expectativa infundada de que o Governo Lula seria desastroso, que romperia com o mundo. Mas isso não aconteceu, porque, de maneira sensata, o Presidente está tomando as medidas certas. Para surpresa daqueles que esperavam o contrário, elevou os juros, a fim de demonstrar para o mercado que é um Governo sério. Não vamos brincar de conduzir a política econômica do País.

Esses dados são extraordinários e alegam os brasileiros. A dívida mobiliária em dólar cairá para 32% do PIB. Estava em quase 38%. Essas medidas têm repercussões positivas. O crescimento da dívida interna, de 640 para 649, foi muito menor do que os juros praticados no período, em consequência do ajuste fiscal feito pelo Governo Federal.

O Governador Aécio Neves, ao ajudar Minas Gerais a despontar para seu novo ciclo de desenvolvimento, estará ajudando o Governo Federal a crescer e melhorar nosso País. Esse é nosso posicionamento. O debate é salutar e enriquecedor, é um pressuposto da democracia, e esse debate sereno, maduro, sincero, bem fundamentado, contribuirá para a opinião pública fazer um julgamento mais correto dos Governos Federal e Estadual.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, esse debate, que faz um balanço do início dos Governos Federal e Estadual, está inconcluso no parlamento mineiro. Se não foi feito antes, com o tempo e a veemência de que gostaríamos, deve-se ao fato de estarmos tratando de outros assuntos prioritários. Esse debate, embora importante, pode ser feito num dia mais tranqüilo, deixando as votações para as reuniões extraordinárias noturnas. Estamos encerrando uma série de votações de vetos que sobrestavam a pauta e iniciaremos a votação de projetos de autoria dos Deputados. Mas esse debate estava inconcluso e teria de voltar como tema a ser aprofundado no parlamento, para clarearmos o perfil político e ideológico do parlamento mineiro no que tange aos Governos Federal e Estadual. Seria hipócrita se dissesse que estava com saudade do tom oposicionista e eloqüente do Deputado Miguel Martini. Para nós, do PT, é bom que o debate flua, para que possamos verificar onde estão as diferenças. E no caminho de V. Exa elas começaram a clarear. O carinho que o povo tem com o Presidente Lula precisa ser respeitado, a vitória popular foi muito grande, e opor-se ao Presidente Lula soa muito antipático. Compreendemos essa reserva ao falar do Lula, embora V. Exa. já comece a buscar um tom oposicionista, que certamente estará presente no PSDB, com mais aptidão, pois estavam desacostumados ao sentimento oposicionista em relação ao Governo Federal. Foram muitos anos de domínio neoliberal no País, com determinada linha política e ideológica predominante no mundo inteiro, que se fazia predominante também no nosso Governo, que agora tem novo estilo e começará um processo de mudança.

Este debate estava inconcluso, mas precisamos aprofundar as questões.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Tenho compromisso médico marcado para esta tarde e preciso me ausentar, mas proponho a V. Exa. que façamos esse debate em outra data, amanhã ou depois. Caso aceite postergar esse debate, ficarei agradecido. Do contrário, façamos como achar melhor.

Em segundo lugar, digo-lhe que está equivocado, porque, nos oito anos de Fernando Henrique Cardoso, não apoiéi seu governo. A expressão "imperador Fernando Henrique I e II" é minha. V. Exa. não estava aqui e eu pertencia ao PSN, que criamos, e que depois foi extinto.

Não tenho dificuldade de, caso necessário, criticar o Governo Lula. Essa questão de simpatia do povo, como dizia Tancredo, é gasta em seis meses. Não é por aí. O caminho é o da coerência. Observaremos as medidas de lá, que estão sendo mais salgadas do que as daqui. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - V. Exa. pode ficar tranqüilo. O alto nível do debate prevalecerá, como sempre fiz.

Antes de V. Exa. sair, faço duas observações. A primeira diz respeito à regularização da merenda escolar, citada como peça importante e positiva do Governo Aécio Neves. É oriunda do FUNDEF, portanto, verba do Governo Federal. A situação não estava regularizada por falha do próprio Governo Estadual. Aliás, isso foi cobrado na Comissão de Educação pelo Deputado Wellington e por outros. O Governo regularizou a situação do dinheiro que tinha vindo sem atraso. Não houve acerto, e sim correção de erro.

A segunda refere-se aos cortes do Governo Aécio Neves. Muitos Deputados não estavam presentes quando abordei esse assunto e não perceberam a lógica do meu raciocínio. É claro que o Governo Estadual tem o direito de fazer cortes. As ações do Governo são de continuidade. Itamar Franco apoiou Aécio Neves e o fez, portanto, seu sucessor.

Em todos os casos, teria direito de fazer os cortes orçamentários - e os fez -, embora o orçamento seja elaborado pelo próprio Governo que o antecedeu e o apoiou. O que me parece estranho não são os cortes. O Governo Lula também fez cortes orçamentários - e é natural que os fizesse, depois de oito anos de Governo neoliberal.

Esclareço que iniciei o debate dizendo que estranhava muito o teor e o conteúdo da propaganda veiculada pelo Governo Aécio Neves. O que o Governo comemora em 100 dias? Os cortes, que não são considerados pelo Governo como problema, como remédio amargo a ser aplicado. Os cortes são a essência da comemoração. Foram 100 dias de cortes, comemorados como símbolo de um Governo austero, que inibe as ações do Estado e, portanto - embora não se diga -, faz com que o mercado se aproveite de brechas que o Estado deixa, e cresça, de acordo com a teoria neoliberal em voga no mundo, e que, no Brasil, sofreu derrota importante, embora não final: a vitória de Lula e a derrota do projeto FHC e do ex-Senador José Serra.

Parece-me que a propaganda traz o equívoco neoliberal em sua essência, a comemoração dos cortes - nitidamente nas áreas sociais-, como fruto de acerto do Governo. Os cortes não são tratados como problema, mas como vitória do Governo. Esse é o sentido da propaganda neoliberal, que não pode continuar, porque senão o Governo fará o mesmo que seus antecessores. O ex-Governador Eduardo Azeredo entregou 1/3 das ações da CEMIG, o BEMGE e o CREDIREAL. O Governo Fernando Henrique também entregou várias empresas estatais, com a visão de que o Estado deveria ser mínimo.

Minha crítica ao Governo Aécio Neves é de conteúdo ideológico. Por mais que esteja em baixa no Brasil dar seqüência a medidas neoliberais, pelo menos do ponto de vista de Governo, percebemos que essa essência permanece e o Governo do Estado a adota e proclama como vitória. Se olharmos o conteúdo dos cortes, veremos que se darão nas áreas sociais, de maneira profunda: Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, educação, saúde, cultura e várias outras. O Governador comemora ainda o corte do seu próprio salário, demagogicamente, como se isso

resolvesse os problemas. Tenta por essa atitude fazer gancho com a população.

Votaremos favoravelmente ao Projeto do Governador. Precisamos estabelecer também o teto do salário do Presidente da República, mas isso não pode ser visto como solução para os problemas, apenas como aceno demagógico.

O Deputado Miguel Martini - Acredito que a questão do salário resgata o simbolismo em Minas Gerais. Até Deputados da sua Bancada propuseram cortes mais profundos, como vender aviões e outros mais. Vemos que o Governador está no caminho certo e esse simbolismo aponta o caminho.

Na questão do FUNDEF, mostrando competência administrativa, fez as correções. Agora, considerar o que é do FUNDEF ou não é discussão maior, em razão de saber o que foi arrecadado aqui e o que foi retido pelo Governo Federal. A fala de V. Exa. atende bem à verdade. É do Governo Federal, mas a competência é gerencial. Estava tudo confuso nesse setor.

Quando se fala do corte, toda a expectativa de investimento de retorno de recurso internacional para o Brasil se dá em função desse ajuste fiscal do Governo Federal. Por trás dos cortes, virão os 70 milhões para o PIB, os oitenta e tantos milhões para o turismo, quatrocentos e tantos milhões autorizados para a reconstrução das estradas. Talvez a propaganda não esteja retratando o que deveria: é preciso dizer ao povo que, ao fazer esse ajuste fiscal, o Estado se coloca em condições de atrair investimentos nacionais, internacionais e de conseguir o aval do Governo Federal para que os recursos cheguem à população. Talvez a propaganda esteja mal formulada, porque há euforia em torno da expectativa de que Minas volte a ter credibilidade, crédito e o povo mineiro ganhe com a volta do investimento e do crescimento do Estado. Agradeço a V. Exa. por este aparte.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado. Permanece a nossa diferença. Para mim não é erro de propaganda, mas, sim, de política, que é mais difícil de se corrigir.

Gostaria de aprofundar-me em dois assuntos, expostos pelo Deputado Miguel Martini, sobre a análise dos 100 dias dos Governos Lula e Aécio Neves. Começarei pelo último. O Deputado Miguel Martini e outros Deputados que o antecederam analisaram as dificuldades encontradas pelo Governo Aécio Neves. Segundo eles, essas se devem ao eixo, que para ele foi fundamental, ao desastre que foi o Governo Itamar Franco. Portanto, as políticas adotadas por Itamar levaram o Estado à estagnação econômica, que foi responsável pelos seus prejuízos. Acredito ser análise equivocada. Não tenho motivo algum para defender o ex-Governador Itamar Franco, que, certamente, cometeu equívocos. Talvez um deles tenha sido apoiar o Governador Aécio Neves e não um eixo de desenvolvimento mais qualificado para Minas, no sentido da derrota mais radical do projeto neoliberal, ao qual Aécio dá continuidade. O apoio ao candidato Nilmário Miranda, do PT, teria sido mais coerente com processo de reconstrução do Brasil, mais adequado ao projeto do Lula.

Não é verdade dizer que os problemas de Minas advêm dos quatro anos do Governo Itamar Franco. Quando assumiu, Minas encontrava-se em situação extremamente delicada. O BEMGE, o CREDIREAL, 1/3 das ações da CEMIG haviam sido vendidos e havia acordo com o Governo Fernando Henrique de ajuste que espremeu o Estado, do ponto de vista das suas possibilidades, de forma aguda. O Governo decretou a moratória num gesto de quem pedia socorro, por ter recebido o Estado sem a menor condição de ser levado à frente. Isso foi fruto da política em que o PSDB julgava que o sucessor do Azeredo seria ele próprio, e que, vendendo duas estatais - CEMIG e COPASA -, poderia respirar e continuar por mais quatro anos no Governo. Evidentemente, com a perda de mais duas estatais, as duas que restavam ao Estado. Uma é a CEMIG, que mesmo tendo 1/3 das suas ações vendidas, contava com o benefício de as ações minoritárias darem ao grupo minoritário poder de veto e mando no seu interior; a outra, a COPASA, teria suas ações vendidas. Enfim, essa possibilidade era apontada pelo ex-Governador Eduardo Azeredo, que pretendia ganhar as eleições e continuar o modelo neoliberal, vendendo e sucateando o que restava em Minas.

Esse foi o Estado que o Governador Itamar Franco recebeu. Do meu ponto de vista, agiu corretamente ao não concordar - dizia isso durante a campanha - em que a CEMIG e a COPASA passassem às mãos de estrangeiro. Aliás, o povo também não concordava. Evidentemente, o Estado ficou numa situação difícil, naquele instante, para cumprir acordo de dívida feito com a perspectiva de venda de estatais.

Os Deputados e aliados do PSDB reclamam do legado do Governador Itamar Franco, como se não existisse um passado em relação a esse Governador, como se Minas já não sofresse vários problemas de ordem econômica - oriundos, inclusive, de um acordo estabelecido e forçado pelo Governo Fernando Henrique com o Governo mineiro, na ocasião.

Primeiramente, gostaria de desfazer a mística de que o Governador Aécio Neves está em dificuldades por ter existido o Governo Itamar Franco. Se pensarmos dessa maneira, é preciso esclarecer que, antes, existiu o Governo Eduardo Azeredo, responsável pela venda de estatais, realização de acordos e, enfim, pelo endividamento do Estado, na forma como Itamar Franco o recebeu. Não quero dizer com isso que não houve erros administrativos no Governo Itamar Franco. Houve. Mas também é verdade que a política do Governo Fernando Henrique em relação à de Itamar Franco - quanto a isso, não vi nenhum Deputado do PSDB reclamar até hoje - foi a de secar o Estado de Minas, tratando-o a pão e água ou, se possível, sem pão nem água. Em nada podíamos ser atendidos, porque o Governo Itamar Franco era de oposição. Então, houve uma política de completo descaso relativamente ao nosso Estado, exagerada considerando-se o acordo feito em relação à dívida. Assim sendo, não havia investimento em nada.

Hoje, a situação é outra, mesmo sendo o Governador Aécio Neves da oposição em relação ao Presidente Lula. Aliás, Aécio Neves vive uma situação ambígua - enaltece, às vezes, as medidas do Presidente e do Congresso Nacional, falando que as reformas são necessárias. Preocupado com as diferenças e tendências do PT, intromete-se até em discussões internas do partido, dizendo o que os xiitas do PT deveriam ou não fazer. Além disso, faz análises internas do PT, indicando qual rumo o Governo deve seguir, fala bem de Lula e comparece à cerimônia da entrega de medalhas. Depois, toma um puxão de orelha de José Dirceu, diz que endurecerá e fica mais bonzinho.

Apesar da oposição de Aécio Neves, o Governo Lula trata Minas Gerais como merece. Cito o exemplo dos nossos Ministros. A Bancada do PT sente e os aliados do PL devem sentir também que os Ministros vêm ao nosso Estado e cuidam muito bem dele. E, por não anunciarem a sua chegada, geram, inclusive, ciúmes do PL e do PT. O Ministro Anderson Adauto costuma vir a Minas, estar com o Governador Aécio Neves e anunciar a construção de estradas, gerando mais resultados positivos para o Estado do que o acordo entre FHC e Azeredo. As verbas anunciadas pelo Governo Federal para Minas são maiores que as conseguidas naquela época. No Governo Itamar Franco, Fernando Henrique nada fez em nosso Estado, pirraçando, porque Minas não sucumbia aos ditames do seu governo neoliberal.

O tratamento dado por Lula é outro. Mesmo havendo diferenças, trata o Estado como deve ser tratado. Aliás, Lula não poderia fazer de outra forma, tendo em vista o "show" de votos dado por Minas ao seu Governo e à esperança de mudanças. Além disso, é preciso reconhecer a votação que o Governador Aécio Neves obteve. Assim sendo, o tratamento institucional dado por Lula é o adequado, e não o dado pelo Governo anterior. Esse é um outro aspecto importante para se fazer um balanço dos quatro anos que antecederam esses quatro que agora se iniciam.

O Deputado Chico Simões (em aparte) - Essa é uma discussão que deveria ser acompanhada com bastante atenção. Não estou aqui para chorar ou lastimar o que está acontecendo. Todo presente tem um passado como causa. Temos 100 dias de Governos Lula e Aécio. O Governo Lula e o PT realmente têm 100 dias de governo neste País. Aécio Neves há anos segue a mesma linha. Especificamente, o PSDB manda neste País há oito anos e 100 dias. Estamos sofrendo as conseqüências disso hoje. Quando Miguel Martini diz de como Minas está sendo tratada e do

porquê das dificuldades, sobre estas tenho certeza. Não são creditáveis ao Governo do PT, nem exclusivamente ao de Itamar. Escutamos dos órgãos técnicos que suspenderão, por decreto, R\$355.000.000,00 que resta pagar, dos quais aproximadamente R\$180.000.000,00 são dívida, de 1998, do Governo Azeredo, e R\$220.000.000,00 do de Itamar, que, por sua vez, não assumiu a dívida e não conseguiu honrar seus compromissos porque herdou de Azeredo uma dívida que contraiu para outro pagar. Não cumpriu o trato que fez com a União quando vendeu, conforme disse o companheiro Rogério, o nosso Banco, provocando enorme rombo nos nossos cofres, quando vários convênios com as Prefeituras, principalmente na área da saúde, não foram honrados por Azeredo. O Governo Aécio prova um pouco do próprio veneno, fabricado por esse modelo neoliberal. Esse é o desafio. É isso que temos que discutir. Não temos que ficar procurando chifre em testa de cavalo. A causa está no projeto neoliberal que dificulta nosso Governo sair dessa teia de aranha. Este é o único país do mundo que tenta ficar livre do neoliberalismo, o qual impõe todas as dificuldades ao cidadão brasileiro no setor da saúde, educação, segurança, porque tem uma lei que não pode ser desobedecida, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para ser acatada, deve-se rasgar até mesmo a Constituição Brasileira. É isso que temos que entender. Aproveito para parabenizar nosso companheiro Rogério pela forma como está se conduzindo para mostrar ao povo mineiro as dificuldades por que passamos. Mas não podemos deixar de mostrar também que a responsabilidade está essencialmente com o PSDB, com o Governo do Estado, com Azeredo, com FHC, com os partidos aliados que deram sustentação a esse Governo nefasto ao povo brasileiro. Esse PSDB que agora vem aqui defender cortes como se isso fosse solução. Tais cortes provocam cada vez mais dificuldades para se viver neste Estado. Acho que esse partido deveria se redimir, pois foi o que mais mal fez a este País. Cabe sair um pouco desse pedestal, assumir essa responsabilidade patriótica e fazer com o povo o que seguramente prometeu nas campanhas - mais empregos, melhor investimento na saúde e na educação - e não fazer o contrário como faz hoje. O PSDB tem a obrigação de, num ato patriótico de responsabilidade para com o povo brasileiro, ajudar o Governo Lula, que não é genuinamente do PT. Na qualidade de petista, estamos vendo ações deste Governo que não são as que gostaríamos que acontecessem, mas é preciso que todos os homens públicos, de maneira especial os colegas do PSDB, que têm obrigação maior que a nossa, se empenhem em tirar o Brasil desse buraco.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte) - Deputado Rogério Correia, V. Exa. é um dos mais combativos desta Casa. Participamos, durante um ano, da Comissão de Fiscalização Financeira, e sua atuação foi muito forte, incisiva e profícua. V. Exa. está fazendo um paralelo entre os primeiros 100 dias do Governo Estadual e do Federal.

Diria que, no momento, talvez tenhamos muitas semelhanças entre as ações do Governo Federal e as do Governo Estadual. O próprio Deputado Chico Simões acaba de dizer que o Governo Federal está tendo de tomar decisões e está tomando um rumo que não seria aquele que o PT gostaria, mas que julga necessário.

Faço também analogia com o Governo Estadual, quando se fala no aspecto de cortes de despesas. O nosso Estado, conforme já havíamos denunciado nos últimos dois anos, por intermédio da Comissão de Fiscalização Financeira, colocava contas irreais para camuflar o orçamento e o próprio Governo, através de seus representantes da Fazenda e do Planejamento, falava sobre o desempenho fiscal de cada quadrimestre e reconhecia que estava fugindo das normas não só do orçamento, mas da própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

Justificavam aquela situação como uma opção do Governador pelo social. Por isso, não atendia aos aspectos fiscais. Fazíamos ver que se tratava de um falso dilema, porque, sem equilíbrio fiscal, sem buscar o crescimento da receita, não há como bancar os investimentos na área social. Esses investimentos são fundamentais, tanto que no Governo passado houve uma diminuição percentual do que se aplicava tanto na saúde quanto na educação. Sabíamos que o caminho era uma gestão melhor do orçamento.

Na reunião de hoje, quando fiz alguns comentários em relação ao Governo passado, não afirmei que ele foi o único responsável pela situação. Por sinal, há poucos dias, o Ministro Palocci elogiou a negociação que foi feita em Minas com o Governo Federal. Hoje, na situação do Palocci como Ministro, dificilmente a negociação teria sido feita nos mesmos termos. O Ministro pensa que houve uma condescendência muito grande da União para com os Estados. Isso não vem ao caso.

Quando sai essa propaganda do Governo, vemos que é emblemática, porque o Governo tem um problema substancial, que está impedindo investimentos, a ampliação da segurança. Hoje as Polícias Civil e Militar têm cargos vagos, que não estão sendo preenchidos por falta de recursos.

Quando chegamos às dificuldades com a educação, com a saúde e com o custeio do Estado em geral, vemos que não há outro caminho a não ser cortar agora para, depois, equilibrar e, no futuro próximo, merecer o aval da União para financiamentos externos, visando a novos investimentos no Estado. Esse é um momento duro e cruel, mas necessário, tanto em nível federal quanto estadual.

Hoje estou no PSB, já passei pelo PSDB, mas não o vejo como o grande vilão de toda essa história. E não estou aqui para defender nenhum partido, mas quero dizer que essa situação que temos no Estado é análoga ao que temos em nível federal. Espero que, em uma próxima avaliação - talvez no primeiro ano de governo -, possamos ter uma perspectiva melhor, tanto em relação ao Estado quanto em relação à União. Temos essa esperança e continuamos a ter confiança tanto no Governo Federal quanto no Governo do Estado. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço ao Deputado Mauro Lobo, que traz uma fala de esperança, que é também de todos nós. Esperamos, daqui a um ano, fazer um balanço mais positivo e de maneira global de nosso País e do nosso Estado. Esse é o desejo de todos nós.

O sentido da política do Governo Federal é outro, ela inverte a lógica do Governo Fernando Henrique, como foi bem colocado pelo Deputado Sebastião Helvécio.

Infelizmente, o Deputado Miguel Martini não se encontra presente, mas teria de perguntar-lhe se achava que, em 100 dias do Governo Lula, iríamos desfazer tudo que foi feito em 8 anos pelo Governo que o antecedeu.

Se isso fosse feito dessa forma, teríamos colocado o Brasil em uma situação difícil, e, portanto, nem nós do PT esperávamos que uma reviravolta se desse nesse prazo. O Lula tem construído políticas públicas e políticas externas diferentes, propiciando nova cena para a construção de um mercado na América do Sul; para maior independência do País em relação ao capital internacional do FMI; para tornar o Brasil aliado de outros países, como a Venezuela, e mais próximo do Mercado Comum Europeu. Assim, demonstraremos maior independência frente ao imperialismo norte-americano.

Tudo isso tem sido sinalizado e construído. É claro que não poderia ser feito em 100 dias, simplesmente tirando o laço da dependência, como em um passe de mágica. O Lula já havia dito isso antes. Mas é óbvio que está sendo construída uma nova política econômica e de relação internacional. O povo brasileiro sente dessa forma e, por isso, continua a dar seu aval ao Governo, mesmo sabendo que as medidas de impacto não vieram. Mas virão.

O mesmo não sinto do Governo do Estado e espero que a correção venha. Tenho ouvido o velho discurso segundo o qual o enxugamento do Estado é a essência para a saída da crise, e, por isso, ele comemora cortes, ao invés de lamentá-los. Ainda estão presos a um passado que estamos tentando desconstituir, mas que, evidentemente, não o faríamos em 100 dias.

Existem alguns retrocessos em Minas, como, por exemplo, a política com relação ao funcionalismo público. O Governo Itamar Franco recebeu o

Estado em situação muito difícil. Havia uma crise na Polícia Militar, que, se tivesse prevalecido, teria levado o Estado ao caos e que ele procurou resolver com ação, acalmando, durante quatro anos, o sentimento das tropas. Se a política fosse a mesma de hoje, de cortes de gastos a qualquer custo, a situação agravar-se-ia. No caso acima, o Governador inverteu a situação, mesmo com um maior endividamento do Estado e outros problemas, e apontou a área de segurança pública como a que merecia o impacto, praticamente dobrando os salários da PM, o que foi crucial.

O mesmo poderia ser feito em outros setores agora, mas o Governo não tem a mesma sensibilidade. No caso do funcionalismo, não se aponta sequer a perspectiva de dias melhores. Pelo contrário, dizem que cortes virão, ou seja, o funcionalismo pode esperar apenas cortes, já que essa é a essência do Governo. Aí está a diferença.

O segundo exemplo disso diz respeito ao IPSEMG, que se recuperou bem no Governo Itamar Franco, devido ao fato de sua gestão ter passado às mãos dos seus trabalhadores. Ele começou a recuperar-se enquanto instituto de saúde e previdência. Apresentou avanços importantes, como o IPSEMG da família e outros, que foram comemorados com a casa cheia por seus funcionários e os funcionários públicos. Hoje, entretanto, é impressionante o número de reclamações, na Capital e no interior, contra o IPSEMG. O repasse obrigatório, instituído por lei, para a sua sobrevivência, foi novamente retirado, e o Instituto já não paga os hospitais conveniados. Tudo está parando, em um retrocesso evidente.

O Governo Aécio Neves começa a dar passos atrás, e isso não deve estar acontecendo em nome de cortes justos, uma vez que o Estado já vivia uma situação difícil.

Com relação aos retrocessos ocorridos no IPSEMG, pretendo fazer um pronunciamento mais pormenorizado. Na Comissão de Administração Pública, solicitei que convidassem a nova superintendência do IPSEMG a comparecer à Assembléia Legislativa. O Presidente dessa Comissão, Deputado Domingos Sávio, ciente das suas atribuições, talvez não se apresse em realizar esse debate, justificando que a superintendência ainda não foi nomeada. Mas, como já está respondendo pelo IPSEMG, deveria vir explicar o que está acontecendo nessa instituição. Temos de saber se o Governo continuará não fazendo o repasse ao IPSEMG, se existe novamente a idéia da sua privatização ou do seu abandono, e se repetirá a mesma política que vinha sendo desenvolvida. Parece-me que há retrocessos evidentes. Temos de aprofundar esse debate, mas é importante que os membros do Governo expressem as políticas que desejam para cada um desses setores. Já elogiei a criação da Secretaria única da Segurança Pública, com a sua transformação em Secretaria de Defesa Social. Trata-se de um passo importante para que políticas sejam estabelecidas e para que possam ser unificados os comandos das instituições de repressão ao tráfico e ao crime organizado. Mas, quando isso não vem seguido de um apoio logístico, de infra-estrutura, pouco se pode avançar. Essas cobranças precisam ser realizadas. A própria base do Governo tem de ser mais crítica com o Governo Aécio Neves, porque, se a cada corte que anunciar como uma vitória, o povo não sinalizar aqui no parlamento a sua discordância, pensará que bastará cortar os investimentos na área social para que o Governo seja aplaudido pelo povo mineiro. Não concordo com isso. Às vezes criticam-nos por estarmos cobrando avanços maiores do Governo Lula, mas temos o sentido crítico de um partido vivo, que sente as aspirações populares e que luta para que o Governo aplique políticas que melhorem o nível de vida do nosso povo. Esperamos também um espírito crítico da base do Governo Aécio Neves, que teria de criticar pelo menos esses cortes escandalosos realizados nas áreas sociais, que têm sido comemorados na televisão pelo Governador. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/4/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Antônio José Borges Morais do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando Dulcineia Frauches Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Fernanda Gonçalves Barbosa Hall do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando Hugo Raimundo Openheimer do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando Jorge Ramiro Prado do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

exonerando José Luís Soares do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando Renata Carvalho Ribeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando Rodrigo Monteiro dos Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Antônio José Borges Morais para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 4 horas;

nomeando Dulcineia Frauches Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Fernanda Gonçalves Barbosa Hall para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Hugo Raimundo Openheimer para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Jorge Ramiro Prado para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando José Luís Soares para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Marcos André Ribeiro Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;
nomeando Renata Carvalho Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;
nomeando Rodrigo Monteiro dos Santos para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;
nomeando Waldir Borges para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Valadares

exonerando Maria da Conceição Paes de Souza Neto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
nomeando Márcia Costa Alves Batista para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
nomeando Maria da Conceição Paes de Souza Neto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Jayro Lessa

nomeando Bruno Pires de Oliveira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Quintão

exonerando Altamiro Alexandre Lira Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;
nomeando Ricardo Buçard Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2002

CONVITE Nº 38/2002

Em 29/4/2003, o Presidente e o 1º-Secretário rescindiram a Ordem de Compra nº 343/2002, emitida à empresa PROJESOM - Projetos e Instalações de Som Ltda., com base no inciso II, art. 79, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Na publicação do edital em epígrafe, verificada na edição de 29/4/2003, na pág. 22, col. 1, onde se lê:

"em 6/5/2003, às 15 horas", leia-se:

"em 8/5/2003, às 9 horas".